

DENÚNCIA, UM DESAFIO POPULAR

três por quatro

Porto Alegre, segundo semestre de 82

A briga pelos votos da direita no estado

PÁGINA 11

Seminário, as teorias não chegam aos alunos

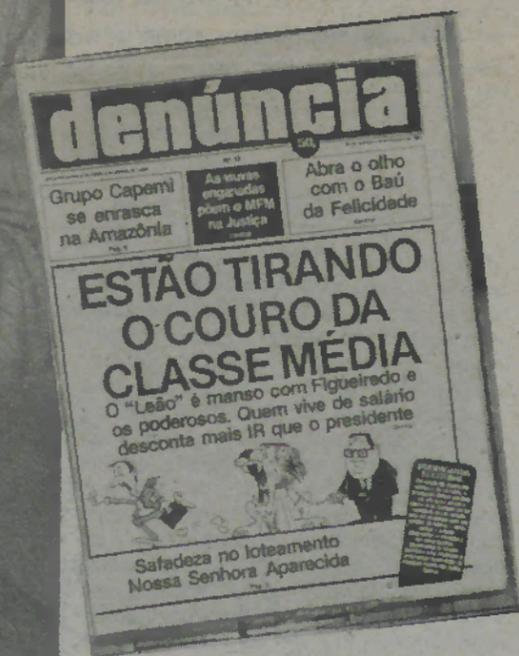
PÁGINA 12



GILBERTO LIMA

Sufocado pelo ambiente das redações da grande imprensa, Carlos Alberto Kolecza tenta criar seu próprio jornal. Denúncia, que procura resgatar a linguagem dura e agressiva, comum na imprensa gaúcha até a década de 50, tem mostrado uma crescente conquista de espaço, provando a viabilidade da imprensa popular

PÁGINA 5 E CENTRAL



JORGE STEHMAN

ESTUDANTES NA DISPUTA ELEITORAL

A eleição de novembro, que mobiliza a população é assunto permanente entre os universitários e presença marcante nas pichações dos muros

PÁGINA 3

Editorial

Mais uma trupe de comunicadores será lançada no mundo neste final de semestre. São nada menos do que seis faculdades só aqui no Estado que distribuirão mais de duas centenas de diplomas de Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Jornalismo. Para recebê-los, algumas empresas já sem fôlego, que têm utilizado a dispensa de funcionários como forma de enfrentar a crise econômica.

Quem descobrir o caminho da estabilidade, com carteira assinada e salário fixo reajustado semestralmente enfrentará, mesmo assim, a voracidade do capital. A criatividade deste "felizardo" será estraçalhada de forma lenta, gradual e segura, até o dia em que os seus olhos brilhantes de "bicho" universitário estarão reduzidos a olheiras sem perspectivas. No seu bolso, apenas alguns cruzeiros para a compra do leite e pão de cada dia. Claro, há as exceções.

O fruto das quase duas dezenas de anos em que enfrentamos as escolas é desta forma transformado de uma perspectiva de ascensão social para uma situação onde seremos na maioria assalariados. Passaremos a viver concretamente as relações que envolvem, no essencial, qualquer indivíduo possuidor de apenas um capital: seu trabalho.

Isto não significa — como a vida tem demonstrado — que teremos consciência

destas relações. É minoritária ainda entre nossas categorias profissionais a postura de assalariados. Muitos ainda agem como se estivéssemos na metade do século ou antes, curtindo sua individualidade com um esmero de fazer inveja a qualquer "medalhão", embora o seu papel concreto na produção não seja diferente dos milhares que constituem a sua alavanca.

O sonho de ser a estrela de grandeza maior, o brilho que ofuscará os menores e fará os bichinhos rodearem a sua volta afeta, entretanto, não só o indivíduo. Em diferentes intensidades, este valor inconsciente — porque a nível consciente poderemos até negá-lo — afeta o conjunto das categorias, na medida em que impede o desenvolvimento daquelas ações coletivas que podem contribuir a sua condição de assalariado, não apenas no aspecto econômico, mas também no ideológico, político, moral e social.

Este parece ser, em termos de consciência individual, o dilema básico de cada formado: assumir ou não o papel de assalariado com todas as suas conseqüências. Ao assumi-lo, certamente estaremos aceitando o desenvolvimento da história, passando a contribuir para que num futuro o brilho do indivíduo exista enlaçado num casamento perpétuo com o vigor do coletivo.

Teatro gaúcho: uma dura sobrevivência



"Esperando Godot", uma produção caseira que deu certo.

Os atores de "Esperando Godot" precisam decidir se apresentam ou não o espetáculo para dez pessoas. A peça, dirigida por Cláudio Cruz, teve que antecipar seu horário por causa de um baile no salão do Círculo Social Israelita. Em sua ante-penúltima apresentação, os atores enfrentam um dilema: o número de atores é maior que a quantidade do público. Tanto faz o número de pessoas, decidem. A peça será apresentada. Em meio ao incenso queimando, os atores começam a vestir-se para entrar em cena.

São os próprios atores que fazem a maquiagem. As roupas foram conseguidas por eles mesmos, algumas emprestadas pelo Centro de Arte Dramática da UFRGS (CAD). O cenário foi trabalhado pelo grupo, as luzes, operadas pelo diretor. E a história mais uma vez se repete.

Fazer teatro em Porto Alegre é, realmente, difícil. A ponto de um espetáculo ter que se submeter a problemas como o do Círculo Social Israelita, um centro onde acontecem várias coisas ao mesmo tempo, Rosa Marques, atriz de "Esperando Godot", aponta problemas como o espaço do palco e, principalmente, a não tradicionalidade do teatro.

QUEM FAZ TEATRO EM PORTO ALEGRE

Segundo Sapiran Brito, presidente da Associação dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul (APATEDERGS), o registro profissional é dado a formados em Artes Cênicas ou que fizeram teatro amador por mais de cinco anos com registro provisório. "Os grupos são formados de forma cooperativada, as Livre Associações, que partem do princípio de que todo mundo ganha igual, a não ser que desempenhe duas funções dentro do grupo", diz Brito.

A APATEDERGS não reconhece cursos de teatro que não o da UFRGS e nas demais áreas só reconhece seu próprio curso profissionalizante de manequim. Os alunos fazem teatro a partir do quarto semestre. Todos os mil associados pagam 50 cruzeiros mensais sustentando uma sede, dois funcionários e recebendo apoio financeiro e material, além de sua conta bancária.

Paulo Conte, aluno do CAD e ator de "Esperando Godot" defende sua profissão: "que me perdoem se eu insisto em fazer teatro, mas descobri que na inutilidade do trabalho do homem, este é um dos mais úteis".

João Batista, porém, é mais otimista: "Apesar das limitações impostas pela estrutura teatral gaúcha, o trabalho aconteceu". Rosa Marques ressalta: "Se a produção não fosse caseira, não sei se não daria prejuízo".

A FALTA DE TEATROS E O PÚBLICO

Sapiran Brito aponta a necessidade de 50 espaços destinados a espetáculos teatrais em Porto Alegre: uns 20 teatros propriamente ditos e umas 30 salas. Como o número de espaços é pequeno, as peças ficam pouco tempo em cartaz, embora precisassem ficar seis meses para dar dinheiro. A falta de teatros acarreta, ainda, um problema de espaço para os ensaios. Rosa Marques lembra que seu grupo ensaiou no IPA, no DAFA e na Casa do Estudante. Só não ensaiou no palco onde a peça acabou sendo exibida.

Brito frisa que "o país é que é uma zorra. Existe uma lei que proíbe o fechamento de teatros, só que não é cumprida. O governo teria obrigação de tomar conta de um teatro antes que ele fosse fechado". É o que acontece com o Leopoldina, reaberto, mas novamente sob ameaça de fechamento, o que acontecerá se a Prefeitura não liberar uma área para os donos do teatro construírem um edifício.

Esquece-se aqui que, quase no mundo inteiro, o teatro é subvencionado pelo Estado, por ser uma atividade cultural. Aqui, o que o governo destina a este setor não cobre dez por cento das nossas necessidades e o patrocínio não é saída, pois as colaborações são esparsas.

Quanto ao público, Rosa Marques diz que é razoável para Porto Alegre. Godot teve 80 pessoas na estréia e 100 no dia seguinte. Sapiran concorda: "temos público, o que não temos é condições de oferecer bons espetáculos. As casas estão em péssimas condições e não temos recursos para fazer um espetáculo com número suficiente de atores, bons cenários e figurinos".

Letícia Chaves Milano

O RUIM DESSA FACULDADE É QUE CERTOS PROFESSORES FAZEM DÉ-CONTA QUE DÃO AULA!

O PROBLEMA DESSA FACULDADE É QUE CERTOS ALUNOS FINGEM QUE ESTUDAM!



Expediente

Jornal-laboratório dos alunos do oitavo semestre do curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edição do segundo semestre de 1982, elaborada pela turma B da disciplina de Laboratório de Jornalismo Gráfico II, sob a orientação dos professores Anibal Bendati, Luiz Carlos Vaz e Pedro Maciel.

Participaram dessa edição:

Ademir José Wiederkehr, Ana Maria Lovato Leiria, Denise Maria Debastiani, Eduardo Antonio Rech, Eduardo Romulo Bueno, Geraldo Francisco Huff, Jairo Getúlio Ferreira, José Antonio Meira da Rocha (Jacaré), Letícia Chaves Milano e Valdete Marines Cecato.

Composição, montagem e impressão: Gráfica da UFRGS.



Jorge Stehman

Os universitários ocupam um lugar na campanha eleitoral

Nas opiniões, surge o debate

Roberto Flores dos Reis, do Direito da UFRGS. Não é filiado a partidos políticos.

Tem se formado vários núcleos do PT e do PDT aqui na Faculdade. O PMDB e o PDS não têm núcleos. Os núcleos promovem palestras com apoio do Centro Acadêmico. Neste aspecto, o principal objetivo do C.A. é propiciar que os partidos se manifestem dentro da Faculdade, para uma melhor conscientização, culminando com a politização e definição partidária.

Até agora não tem havido problemas entre partidos, entre as pessoas. Considero possível que no futuro os partidos venham a se lançar ao Centro Acadêmico. Isto colocaria a disputa política um pouco mais no claro. Geralmente, porém, as chapas que ganham são independentes. Isto gera segurança entre os estudantes de que a diretoria do Centro vai utilizá-lo para promover a entidade e não um partido político.

Milton Ribeiro, 5º semestre de Processamento de Dados. Nunca militou.

Deve fazer propaganda política da oposição. Minha preferência pessoal é pelo PMDB ou PT. Eu votaria no PT se não houvesse necessidade de votos para o Simon. Basicamente, os DA's devem combater o PDS.



Juliane Bios, 6º semestre de Jarmácia. Nunca militou.

Tinha que haver uma interação maior entre os diretórios acadêmicos e os partidos. Mas não um partido específico. Inclusive o PDS deveria ser incluído nesta interação, pois afinal de contas este é o partido da situação.

Fernando Ferreira, 6º semestre de Odontologia. Nunca militou.

Acho que deve haver o esclarecimento, debate, porque tem gente que não sabe o que é voto vinculado, coligação, etc... Até agora não houve nada neste sentido. Falta também interesse geral dos estudantes nestas questões. Acho que nosso curso é mais de direita que qualquer outro. O tipo de pessoa que entra na odonto e o tipo de ensino ministrado deveriam mudar, para mudar a mentalidade.

Naiza Konkewicz, do DA da Odontologia da UFRGS. Filiada ao PMDB.

A formação de núcleos partidários na universidade é um avanço político. Isto — juntamente com a proliferação de núcleos partidários junto às bases de outros setores sociais — dará consistência aos partidos e à vida política nacional. Neste sentido, defendo que o PMDB também forme seus núcleos, pois são milhares de estudantes universitários no Brasil que vêem neste partido a alternativa real do PDS,

por sua organização, por sua força parlamentar e sua tradição de luta democrática.

A organização dos núcleos partidários, no entanto, não deve implicar no abandono das entidades estudantis, pois, sem estas, a maioria dos estudantes não terá canal de participação visando o atendimento de suas reivindicações.

Os núcleos não devem, também, ser confundidos com a entidade, inclusive, quando se trata de escolher a diretoria e decidir seus rumos. O exemplo do DAOS — onde compomos a chapa pelo trabalho de cada estudante dentro da entidade e não por sua opção partidária — é um exemplo que deve ser seguido para se assegurar a unidade estudantil.

Flávio Eduardo Silveira, coordenador do DCE. Membro do PT.

As entidades devem manter o seu caráter partidário. E mesmo que em uma diretoria de entidade todas as pessoas sejam de um mesmo partido, a política do diretório deve ser unitária na qual decide o conjunto dos estudantes da escola.

Os núcleos do PT são a forma de organização do Partido em todos os setores sociais. Não haveria porque não existir este tipo de organização na universidade. Esta organização é que permite ao partido expressar a vontade da base. Nela realiza-se a discussão política e encaminham-se as propostas à direção.

Enfim, a existência de núcleo não compromete o caráter apartidário das entidades. O que pode comprometer é uma determinada política que visa utilizar a entidade tanto material como politicamente para um determinado partido. E esta política o PT combate.

Antônio Rodrigues, 1º semestre de Biblioteconomia. Nunca militou.

Pegar cada candidato com todos os defeitos e ver o que tem a dizer, a fazer para resolver a situação do país, principalmente em relação à economia. Se achar conveniente, o Diretório deve se posicionar por algum partido. Isto pode, entretanto, dividir as entidades, com alguns seguindo a proposta da diretoria e outros achando que "é politicagem dos estudantes".

Patrícia Sporleden, 2º semestre de Biologia. Nunca militou.



Eu acho que poderia representar os estudantes, dando um pouco em termos de esclarecimento político, social e econômico. Muitos não estão a par e podem votar num candidato errado. Para mim, porém, isto não adianta nada, pois só tenho 17 anos e não voto.

As entidades estudantis da UFRGS debatem as propostas partidárias e denunciam os casuísmos do governo para o pleito de novembro.

Estudantes aderem à disputa eleitoral

A proximidade das eleições de quinze de novembro está fazendo com que cada vez mais amplos setores da sociedade firmem um posicionamento frente aos partidos que disputam o pleito. Encontros como o de jornalistas em Porto Alegre, das Classes Trabalhadoras (ENCLATS) em 12 estados do país, manifestações dos produtores rurais durante o protesto de julho no Rio Grande do Sul, dos cooperativistas em reunião na Fecotrig constituem alguns exemplos de preocupação crescente com os rumos políticos do país. "Numa conjuntura como esta, os estudantes evidentemente não poderiam ficar alheios à política, apesar do quase tabu firmado depreciando esta instância de atividade social", diz Naiza Konkewicz, coordenadora do Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia (DAOS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. "E o trabalho neste sentido começa a ser implementado".

O Diretório Central dos Estudantes — DCE da UFRGS — iniciou no dia 15 de setembro uma série de palestras e debates com candidatos a vereador, a deputado estadual e federal, a senador e ao governo do Estado. Com estas atividades — segundo Flávio Eduardo Silveira, coordenador do DCE — "pretendemos realizar uma ampla discussão entre os estudantes para que possam se posicionar com clareza diante dos diversos programas políticos expressos pelos partidos". Com a mesma preocupação, o Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR), da Faculdade de Direito, resolveu fazer um debate com candidatos a vereador que sejam estudantes de Direito.

Juntamente com o debate, a coordenadora do DAOS defende que as entidades estudantis façam denúncias das "manobras do governo através dos pacotes de novembro de 81 e julho deste ano". Isto porque, segundo Naiza Konkewicz, "estes pacotes, somado ao restante da legislação eleitoral, visam perpetuar a divisão das oposições, a vitória do PDS e a continuidade do regime".

EM QUEM VOTAR?

"O que nós podemos fazer é dar condições para que os partidos sejam conhecidos pelos estudantes para que eles se posicionem. Como entidade nós representamos os estudantes, e uma vez que estes se dividem em vários partidos, nós não podemos se posicionar por este ou aquele". A opinião é do tesoureiro do CAAR, Roberto Flores dos Reis, salientando que sua posição não é a mesma de toda a diretoria da entidade.

Roberto Flores dos Reis não está filiado a qualquer partido político. Ele se considera um "independente" e talvez por isso tenha opinião diversa da do coordenador do DCE, Flávio Silveira, filiado ao PT. Para Flávio, o voto dos estudantes deve ser destinado àqueles que defendem na prática o programa do Congresso das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), realizado em 28 de agosto de 1981 e do Congresso da União Nacional dos Estudantes — UNE.

Já Naiza Konkewicz, filiada ao PMDB, defende que os estudantes "devem votar contra o PDS". Ela explica que "é este voto — somado ao voto dos trabalhadores rurais e urbanos, pequenos e médios empresários opositoristas, profissionais liberais, pequenos e médios proprietários rurais — que poderá criar uma nova situação política no Brasil".

Naiza, no entanto, salienta que "os problemas estruturais da universidade só

serão resolvidos com modificações estruturais da sociedade brasileira". E as eleições de novembro, para ela, embora representem um "passo político importante", não se constituem no momento de modificação das estruturas da sociedade. Ela salienta que "devemos encarar as eleições como um avanço, uma continuidade de um longo processo de luta contra a ditadura". Este processo, na sua opinião, deve "culminar com a derrota da ditadura e convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte".

Roberto Flores dos Reis, desacredita das eleições, considera que o caminho para a solução dos problemas da universidade e de outros setores sociais é o trabalho "das entidades de base da periferia". Ele pondera que "um governo sozinho não solucionará os problemas dos estudantes". Este governo "teria que oferecer canais de participação à sociedade, inclusive estudantes, que discutirão formas de resolver seus problemas e necessidades. Terá que ser um governo comprometido com a maioria da população".

Já Flávio da Silveira, acentua que "os estudantes não podem abandonar as suas lutas neste período eleitoral", devendo pelo contrário intensificar suas ações reivindicatórias. As eleições, para ele, têm uma importância do "ponto de vista do novo quadro conjuntural após 15 de novembro". Esta nova conjuntura, na sua opinião, pode se caracterizar, entre outros elementos, por "uma aliança mais firme e sistemática entre a oposição liberal e a ditadura".

COALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Seguindo sua linha de raciocínio, de que o PT "é o único partido que se coloca como alternativa clara ao lado dos trabalhadores, pois os demais têm compromissos com o regime", Flávio Silveira considera que a possível vitória de Simon no Estado criará "situações constrangedoras". Ele lembra que Simon ficará estrangulado em "reprimir", ou terá dificuldades em conciliar "as reivindicações de professores e estudantes com o orçamento do Estado". Neste sentido, ele considera que os setores sociais descontentes devem, caso vença o PMDB no Estado, "pressionar tanto o governo central como o governo do Rio Grande do Sul", objetivando conquistar melhorias materiais e políticas. Esta perspectiva não descarta, porém, a possibilidade de participação do PT na administração estadual ou municipal. "Esta é uma discussão que está sendo feita no PT. Nosso objetivo é o de se constituir como partido; de um lado, não pretendemos nos comprometer com a ditadura, e por outro, ocuparemos os espaços possíveis", arremata Flávio Silveira.

Sobre esta questão, Naiza Konkewicz avalia que "Simon no governo poderá representar mais ou menos conforme a articulação de todos os setores que o apoiarem na Campanha". Ela prevê que se os estudantes, trabalhadores, profissionais liberais, agricultores, "enfim os opositoristas", continuarem organizados, aprimorando seus vínculos em torno do PMDB, "podemos juntos enfrentar as dificuldades que Brasília certamente criará a um governo opositorista no Rio Grande do Sul". Naiza vai mais além e defende que "todos os partidos de oposição devem se unir em torno de um programa comum depois das eleições, visando derrotar o regime. Esta iniciativa pode partir do PMDB, mas deve ser incentivada por todos os opositoristas".

Jairo Getúlio Ferreira

Funcionando há dois anos, o Instituto de Pastoral de Juventude atendeu 800 pessoas e assessora as pastorais do Rio Grande do Sul

IPJ dá espaço a jovem na igreja

A Casa Padre Jorge, um prédio de três andares situado nos fundos do Colégio Anchieta, em Porto Alegre, abriu suas portas à pastoral de juventude em 1976 e congrega atualmente o Instituto de Pastoral de Juventude (IPJ), único na linha de pastoral juvenil da América Latina. Fundado em 18 de janeiro de 1980 por uma equipe de padres salesianos e jesuítas, o IPJ já atingiu diretamente cerca de 800 jovens, a maioria entre os 15 e 25 anos de idade, de diferentes pontos do sul do País, através de retiros, cursos, encontros e seminários. O principal deles é o Curso de Assessores de Jovens (CAJO), numa média de um por ano, em três etapas de 15 dias cada, desde 1977. "É ótimo e eu o aconselho para qualquer pessoa que faz um trabalho de pastoral", afirma a irmã Gema Calvi, que participou do 3º CAJO e hoje atua no Instituto.

Segundo o jesuíta Hugo Bersch, um dos fundadores, ao lado do salesiano José Lino Hack e do outro jesuíta, Hilário Dick, além de outros padres e agentes de pastoral, o IPJ "não tem nada a ver" com os fatos ocorridos no Colégio Anchieta em 1980, que teve seu ensino religioso questionado por setores mais conservadores da sociedade e da imprensa da Capital. Bersch diz que o IPJ "quer ser um centro de formação, assessoria e pesquisa do fenômeno juvenil no sul do Brasil, assumindo a evangelização preferencial dos jovens, especialmente dos pobres, segundo as diretrizes da CNBB".

CRÍTICAS

A linha ideológica adotada pelo IPJ já norteia a maioria dos grupos e movimentos de juventude do Rio Grande do Sul, além de alguns grupos de Santa Catarina e do Paraná. "O IPJ é um canal que possibilita formação para entendermos a verdadeira dimensão de Igreja", assegura o jovem César Apulton Góes, membro da Pastoral Universitária (PU), que diz ter participado de vários cursos promovidos pelo IPJ.

Mesmo encontrando "boa receptividade e entusiasmo" junto aos jovens, como garante Bersch, as atividades do IPJ já custaram algumas críticas. Em dezembro de 1981, o Jornal do Brasil dizia que "o IPJ prepara jovens no Sul para o socialismo". Pouco tempo depois, em janeiro deste ano, os jornais O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde publicaram matérias e editoriais, dizendo que o "IPJ está formando jovens visando à instituição de um socialismo cristão, inspirado na Teologia da Libertação e em princípios marxistas". Mas os jovens discordam. "Não vejo interferência no sentido de o IPJ mexer com a cabeça dos jovens", declara o jovem Alceu Nascimento, do Movimento dos Peregrinos e da Coordenação de Pastoral de Juventude (CPJ), pois, o "IPJ é um grupo de apoio para a pastoral dos jovens".

Alheio a isso, o IPJ — que considera essas críticas "absurdas, superficiais e distorcidas" — penetra cada vez mais entre os jovens, ao mesmo tempo em que se torna conhecido e aceito pelo clero, obtendo também o apoio e estímulo do ar-

cebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling. "A equipe do IPJ me dá uma força tremenda", diz o jovem Luiz Carlos Cardoso da Silva, do grupo FUC (Força da União em Cristo), de Sapucaia do Sul, que participou de um curso de liderança no IPJ.

ORGANIZAÇÃO

De acordo com o Plano de Atividades-82, o IPJ "é uma obra intercongregacional, mantida e dirigida por sete Congregações Religiosas, que garantem os recursos humanos e financeiros necessários para seu funcionamento". Participam os padres salesianos e jesuítas; as irmãs da "Divina Providência", "Filhas do Sagrado Coração de Jesus" e salesianas; e os irmãos jesuítas e lassalistas. Os superiores dessas Congregações e um bispo representante da CNBB, atualmente, Dom Sinésio Bohn, da diocese de Novo Hamburgo, formam o Conselho Superior, que é o responsável último pelo IPJ.

"Aqui no Instituto se faz um trabalho de conscientização onde o jovem toma conhecimento da realidade, onde o jovem consegue vivenciar a sua fé e, a partir daí, tentar criar uma situação de transformação da sociedade", declara o irmão lassalista Nelson Jacobs, um albino, que é carinhosamente chamado pelos jovens de "Escurinho". Outro integrante do IPJ, o irmão jesuíta Inácio Sphor, tem opinião semelhante. Para ele, o IPJ "é um espaço que se cria para o jovem discutir e analisar suas dificuldades, seus problemas, a fim de caminhar para uma organização comunitária".

Mas o IPJ não se restringe a cursos, encontros e retiros. Todos os fins de semana, a Casa Padre Jorge fica repleta de jovens. Muitos deles vão até lá para fazerem reuniões de seus grupos e movimentos, planejarem suas atividades, além de

INSTITUTO DE PASTORAL DE JUVENTUDE



Igreja se renova e apela aos jovens: falta você



Irmão Escurinho: é no trabalho de conscientização que se consegue vivenciar a fé

buscarem a assessoria do IPJ, uma vez que "o Instituto é um espaço que se abre para a pastoral de juventude", na opinião de Nascimento. De acordo com padre Bersch, "aproximadamente quatro mil jovens já se reuniram no IPJ, o que não significa que tenham participado de cursos". Esses jovens atuam em suas comunidades, vilas populares, colégios, universidades, sindicatos, asilos, orfanatos, enfim, "nos meios específicos". Não se trata de prestar um serviço de pura assistência social, explica o irmão Sphor, mas sim, de trabalhar voltado para uma dimensão de transformação das estruturas injustas e opressoras da sociedade.

ATIVIDADES

Este ano, o Plano de Atividades-82 está dividido em sete programas e 35 projetos. Ele coloca como prioridade "a formação de animadores juvenis e assessores, o incentivo à organização de pastoral de juventude segundo os meios específicos, assistência na educação da fé do jovem e sua incidência na dimensão sócio-política, além da efetivação de uma pastoral vocacional". Neste sentido, o Plano pretende: "oferecer aos jovens e assessores elementos para que se tornem co-realizadores de transformação nas estruturas sócio-econômico-político-culturais e religiosas vigentes, buscando uma sociedade mais fraterna e mais justa, segundo as diretrizes da CNBB".

Ao longo do ano, diferentes atividades vêm assinalando os trabalhos desenvolvidos pelo IPJ. "Escurinho" cita a terceira etapa do CAJO em janeiro, o curso de Alfabetização de Adultos — que compara os métodos de Paulo Freire e Dom Bosco — em março, o seminário sobre Gênesis dos Partidos Políticos, em abril, o seminário sobre Igreja e Política em maio, a primeira etapa do treinamento de lideranças juvenis em junho, a segunda etapa do 5º CAJO em julho, e o seminário sobre Doutrina Social da Igreja em agosto. Até janeiro de 1983, já estão previstas, entre outras atividades, um seminário sobre Educação Popular, o 4º Encontro Estadual de Assessores, um retiro de opção vocacional, e a terceira e última etapa do 5º CAJO em janeiro de 83.

CANTOS

O IPJ, justamente por ser um centro de formação, assessoria e pesquisa, atua também na publicação de subsídios, muitos deles elaborados pelos próprios membros do instituto. Apenas um livro foi publicado, "A Pastoral de Juventude no Rio Grande do Sul", editado pela Vozes. Entre os livretos e apostilas, destacam-se Roteiros para Grupo de Jovens, Teologia da Libertação, Cristo Libertador, Doutrina Social da Igreja, Ação Católica, Avaliação

de Grupos. Todo esse material é vendido na Casa Padre Jorge, a preço de custo.

A publicação de maior saída é "Cantos Seletos", que compreende 120 cânticos. Alguns deles são de autoria de jovens que passaram pelo IPJ; outros, da música popular, como "Prá não dizer que não falei de flores", de Geraldo Vandré; outros, de origem latino-americana, como "El pueblo jamás será vencido"; porém, a maioria é de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cujas letras refletem a realidade do povo, a busca da libertação, sua esperança em Jesus Cristo. "Desperta, desperta, é hora de caminhar: vamos lutar e construir, chega de viver oprimido", diz o estribilho de um canto, feito por um jovem que participou de um curso no IPJ, que, segundo padre Bersch, "é uma espécie de hino do IPJ". Esses cânticos são "bem aceitos pelos jovens", que os introduzem nas celebrações litúrgicas de suas comunidades, como acontece na Missa dos Jovens, domingos às 18 horas, da Paróquia Santa Cecília, aqui na Capital.

A partir do IPJ, pode estar nascendo uma nova Igreja. "Eu ponho muita esperança nele, pela ajuda de renovação que traz à Igreja, e deve ser considerado com muito carinho", afirma irmã Gema.

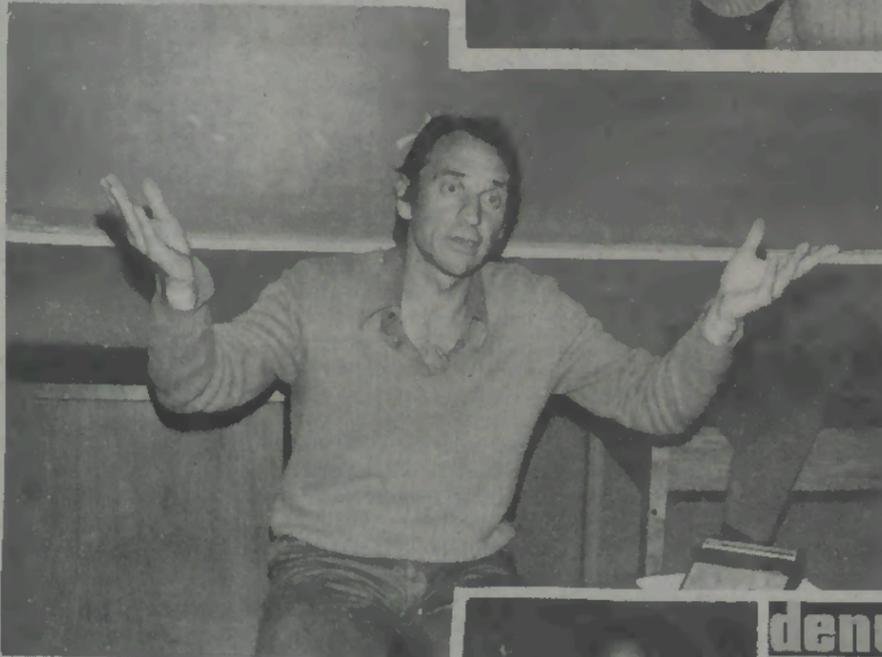
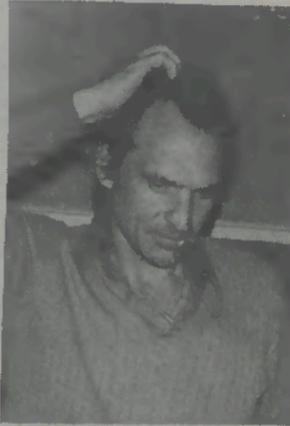
Ademir José Wiederkehr

A crítica do general

O general Moacyr Pereira, comandante da 4ª Divisão do Exército, de Belo Horizonte, que já interrompeu uma missa na cidade no momento em que o padre pediu orações pelos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou presos na época em Belém do Pará, fez duras críticas à opção preferencial pelos pobres seguida pela Igreja, a partir da Conferência de Puebla, em 1979. Em discurso, em nome do general Walter Pires, Ministro do Exército, na abertura da II Reunião Nacional de Capelães Militares, Pereira afirmou que a Igreja Católica passa hoje "por uma difícil crise". Acusou uma parcela de padres de esquecer sua missão fundamental, "tendo como palavra de ordem uma opção pelos pobres que não pode ser autêntica, porque mostra completa aversão aos ricos e, portanto, é exclusivista e foge aos fundamentos da própria Igreja de Cristo". Segundo Pereira, "usando uma linguagem vulgar que não é adequada à elevada missão que lhes cabe; instilando a idéia da luta de classes; intrometendo-se na política, sem conhecê-la bem; aprovando cartilhas que elogiam o socialismo, emitimos parecer quanto à qualidade e defeitos de vários partidos e criticam severamente o Governo; participando de movimentos de contestação, que fogem dos ditames da lei e da ordem, são portanto passíveis de justa repressão".

A opção de Kolecza por um projeto de jornalismo popular com nítida tendência oposicionista é classificada de loucura por muitos. Mas ele garante que dá para fazer jornal alternativo porque o público aceita e gosta.

Gilberto Lima



denúncia

Uma proposta popular

Dono de um cargo invejado, com salário compensador e relativa liberdade para estruturar alguns dos setores mais importantes do jornal de maior venda avulsa do Rio Grande do Sul, o editor Carlos Alberto Kolecza — 42 anos, natural de Santa Rosa, ex-repórter do *Jornal do Brasil*, *Folha da Manhã*, *TV Gaúcha*, *Manchete*, além de ex-correspondente da *UPI* — decidiu, subitamente, abandonar o posto de chefia que ocupava no jornal *Zero Hora* para criar o quinzenário *Denúncia*, nascido para ser um jornal popular.

Hoje, sete meses depois da criação de seu próprio veículo, Kolecza continua sendo chamado de louco por boa parte dos profissionais com os quais conviveu em sua extensa carreira. Mas pelo menos sua família — inicialmente contrária à idéia —, agora já o apóia, embora timidamente. Entretanto, Kolecza nunca duvidou que, ao sair de *Zero Hora* para fundar o *Denúncia*, estava dando um passo decisivo em sua carreira e praticamente se despedindo da grande imprensa. "Mesmo que a chance de sobrevivência de um jornal alternativo como o *Denúncia* seja de 15 por cento, eu nunca me senti tão bem quanto atualmente. E por uma série de motivos. Em primeiro lugar, trata-se de um processo de amadurecimento. Até um ano e meio atrás, eu ainda tinha esperanças que fosse possível fazer um determinado tipo de trabalho na grande imprensa. Joguei tudo isso, procurei juntar pessoas nisso. Mas houve uma decepção".



Dessa decepção nasceu *Denúncia*, que hoje tem uma tiragem de cinco mil exemplares quinzenais e é distribuído em 24 cidades do interior gaúcho. "Nós não podemos ir além disso, porque não há dinheiro para rodar mais jornal nem pessoas para distribuir mais jornais". Para Kolecza, *Denúncia* é "uma tentativa de resgatar o jornalismo do Rio Grande do Sul que já foi vigoroso e bem sucedido do ponto de vista da propagação de sua mensagem, porque correspondia ao estilo da política gaúcha". Além disso, "reanimou uma coisa que está na memória das pessoas que viveram esta época e que hoje compram o *Denúncia*".

Em entrevista a *Três Por Quatro*, Kolecza fala das experiências do *Denúncia*, de suas propostas, de suas chances de sobrevivência. Da imprensa alternativa, da grande imprensa e da função social do jornalista.

Ó que leva um jornalista a trocar *Zero Hora* por *Denúncia*?

Pode ser que seja como dizem por aí, "loucura". Eu não acredito que seja, e no meu caso eu creio que se trata de tentar uma nova saída para um impasse que a profissão enfrenta neste momento, que é a de achar um canal, uma brecha, uma picada, e que isso me possibilite fazer um tipo de jornalismo que é impossível nos veículos convencionais. A nossa opção, minha e de um pequeno grupo que participa, é a de um pequeno jornal, que nós estamos chamando de jornal popular e que nesta fase tem nitidamente feição de um jornal de oposição.

Qual a reação dos colegas de trabalho e de tua família quando partiste para o *Denúncia*?

Bem, as pessoas achavam que eu estava louco. Quando eu falo em pessoas — eu sou jornalista e as pessoas com quem convivo são, no mínimo, 80 por cento jornalistas — foram os jornalistas que botaram na cabeça que eu estou louco. Louco por-

que eu troquei meu emprego seguro na *Zero Hora* e um salário razoável para o momento, por essa posição atual. Então existe essa crítica, esse ceticismo, essa incredulidade. E com relação à minha família, a oposição maior foi dos meus filhos, porque eu tenho um rapaz de 18 anos criado dentro da Redação, viveu esses sete anos junto, me acompanhou na ZH, minha menina também, e acham bobagem minha. Agora um parêntese: meu guri me dá toda a força.

Disseste que *Denúncia* é um jornal popular e tomou uma linguagem de oposição. Como foi articulado isso, e qual o público visado, quando da criação de um jornal popular?

A idéia era de nós buscarmos um público que se poderia dizer que fosse um público de trabalhadores, através de uma ligação nossa com a área sindical, identificada com a nossa proposta. Num segundo nível, mas dentro deste mesmo bojo, procurar o pessoal das vilas e trabalhar junto com as propostas que eles tivessem de uma maneira bastante integrada. De maneira tal que o *Denúncia* não fosse apenas um jornal de notícias de vilas, mas um jornal que ajudasse na mobilização dos moradores, para encontrar uma determinada organização, uma determinada soma de forças capaz de levar adiante sua luta. Identificados esses dois tipos de leitor, a gente pode dizer também que ele se complementa com o leitor de classe média. A presença do leitor classe média no jornal ou de assunto do leitor classe média é bem maior do que nós prevíamos. Nós, nesta batalha que estamos contra o PDS e na análise que fizemos, concluímos



que nós tínhamos que batalhar mais a classe média desinformada, aquela que por estar alienada com relação ao Jair Soares, ao PDS, era a mais facilmente captável pelos apelos do PDS. Eu não tenho constrangimento nenhum em dizer que o jornal é contra o PDS, que se trata de uma opção que o jornal fez, uma posição que tomou. Nós tínhamos pensado também nos estudantes, mas acabamos riscando essa proposta porque houve dificuldades.

Que tipo de dificuldades?

Talvez tenha sido a maior frustração nossa até hoje, por nossa culpa, e nós assumimos de todas as formas essa culpa. Nós tivemos num determinado momento uns dez estudantes dispostos a trabalhar conosco, mas aí houve, a meu juízo, dois equívocos. Primeiro nosso, de super-avaliação de nossas forças, de que nós teríamos condições, isso antes de começar o jornal, de termos um diálogo permanente com os estudantes. Isso até o lançamento do primeiro, ou até o segundo e quase nada do terceiro em diante, porque as coisas apertaram muito, e este diálogo foi rompido por absoluta incapacidade física nossa de sustentar o diálogo. Além da nossa culpa, eu diria que houve uma certa parcela de incompreensão dos estudantes, porque o *Denúncia* é um jornal, por suas carências financeiras, quase braçal, manual, porque até encartado ele é. Somos nós, eu, o outro editor, o repórter, e o rapaz que cuida da distribuição que leva o material para a oficina. Sou eu que reviso, somos nós que levamos o jornal para vender em determinados lugares, enfim, o jornal tem suas grandes emoções, fazer a matéria, baixar a matéria, fazer o título, discutir o editorial e um milhão de coisas mas também tem o trabalho de oficina, a pé. Vejam bem vocês, não é demagogia minha, tem que, volta e meia, passar uma vassoura lá dentro, tem que esvaziar a cuia do mate, tem que lavar o banheiro, nós não temos dinheiro para essas despesas. E mesmo que não fossem os estudantes a fazer isso, acontece que no momento que eu ou o outro faz, isso significa um corte de tempo que se tem para discutir as matérias. Então, nos faltou, de um lado, a capacidade de dizer para os estudantes que eles também iam ter que curtir conosco as pequenas atribuições do jornal, e creio que faltou deles uma certa compreensão disso também.

Mas há condições de os estudantes voltarem a trabalhar no *Denúncia*?

Não, não há porque nós não temos capacidade de absorver. São três pessoas, ou quatro, que escrevem o jornal. Essa concentração de poder existe realmente, contra o meu gosto, porque eu gostaria de distribuir as doze páginas entre seis pessoas, mas por uma série de circunstâncias não é assim. Então, na hora em

Na hora que tiver de escolher entre falar com o estudante e baixar uma página, fico com a segunda hipótese, não tem dúvida

que eu tiver que optar entre falar com o estudante e escrever aquela página que o diagramador está esperando e só pode baixar naquele momento, eu opto pela segunda hipótese. Por isso, congelamos o diálogo com os estudantes, a não ser com o pessoal que continua ali, e não acha que seja um autoritarismo, que seja uma manipulação.

E como essas diversas camadas da área sindical e de vilas estão reagindo ao jornal?

Bem, o resultado até aqui é positivo,

mas é bem mais lento do que nós pensávamos. Vamos pegar a área sindical para início de conversa, que é a que eu tenho a última informação. Por serem sindicatos cerceados, por estarem bitolados, com aquele ferrolho legal, por todos esses anos que estão aí, o *Denúncia* é hoje considerado um jornal um tanto perigoso na área sindical. Apenas, digamos, 20 por cento daquelas lideranças que estão dentro do espectro, daquele leque que nós supúnhamos que fosse o leque com o qual nós trabalharíamos amplamente, estão abraçando o diálogo com o jornal. Os outros estão um tanto atrás, temerosos de que a ligação com o *Denúncia*, uma entrevista ao *Denúncia*, de repente vá complicar a vida de todo mundo. Nós tivemos, também, frustrações com a área de vilas, e estamos procurando a causa. Podemos dizer o seguinte: mesmo a 30 ou 50 cruzeiros como agora, não é fácil para a pessoa de vila comprar um jornal. Então, o que acontece com o pessoal de vila? Nós temos altas vendas numa determinada vila, num dia em que a vila é citada, na edição seguinte nós temos uma venda apenas simbólica, quando a vila não aparece. E isso nos deixa muito atrapalhados, até a gasolina que a gente tem é medida, e de repente temos de andar 16, 17 quilômetros para vender cinco jornais. Ressalva: nós estamos muito bem em Alvorada, onde a nosso juízo existe o melhor trabalho comunitário da grande Porto Alegre. E lá a nossa venda é constante, ela não tem oscilações acima do normal porque o pessoal, sabendo do que nós propomos, aceita que numa edição não se fale em Alvorada, porque nós temos que falar de outras vilas, em duas páginas, que é o espaço que nós temos. O pessoal entende que nós, falando em outras, também estaremos falando neles. Vejam bem então que existe esse imediatismo que também é uma questão de nível político.

Qual o fôlego do *Denúncia*? Se a oposição ganhar, o que vai denunciar?

Não te surpreendas se antes da oposição ganhar, se Deus quiser há de ganhar, o

Denúncia pode criticar setores da oposição porque não tem compromisso com candidatos ou siglas

Denúncia começa a criticar setores da oposição, porque nós não temos compromisso com nenhum tipo de candidato, com nenhum tipo de sigla. Nós temos animosidade contra determinados candidatos que desde já estão assumindo posições que, se depender deles, pouca coisa vai mudar no Palácio Piratini. E eles possivelmente sejam criticados antes das eleições e, se o *Denúncia* sobreviver, podem ter certeza que muita gente vai ter surpresa com relação ao meu público, podem me cobrar.

Por que se sobreviver?

Porque nós estamos enfrentando um problema muito sério. Nós imaginávamos que pegando a época das eleições e o que nós chamamos de *santinho*, nós teríamos uma receita que cobrisse as despesas normais de gasolina, salário — até agora só uma pessoa ganha, que é o rapaz que faz a distribuição — e que isto possibilitasse, digamos que em setembro tivéssemos duzentos mil cruzeiros em caixa, depois de pagar a gráfica. Mas não está acontecendo isto. E dificilmente vai acontecer porque a receita deste tipo de propaganda política não está de acordo com nossa previsão. Então a menos que surjam fatos novos, digamos, que os partidos de oposição venham a anunciar mais, o nosso será razeiro. Está aí o impasse. Estivemos em reunião e o Conselho acha que o jornal

tem que continuar de qualquer maneira. Em vista disto, nós vamos reunir todo nosso entusiasmo, para ver se se consegue mais assinaturas.

E a distribuição nas bancas? Eles aceitam vender *Denúncia*?

Bom, aí é um problema muito interessante. No nosso primeiro número, que era de apenas oito páginas, com uma manchete super subversiva, digamos, nós tivemos um índice de rejeição em torno de 30 por cento. Do segundo número em diante esta rejeição caiu para 5 por cento. Nós temos uma experiência neste cinco meses que em toda banca onde ele foi colocado, nunca vendeu menos de cinco exemplares. Eu mesmo faço uma experiência numa banca da Getúlio, que de dez passou para 20, de 20 para 30, e no último número vendeu 33, estando em as-



Antonio Guimarães

cenção. Se contarmos em todas as bancas, em torno de 40, se nós colocássemos em 80 bancas, venderíamos mais. O *Denúncia* poderia estar com sete mil exemplares tranquilamente. Nós chegamos bem mais no interior para os nossos precários cinco meses, e vejam mais de duzentas assinaturas são feitas por uma só pessoa. Todo o trabalho de distribuição desses jornais é feita por uma só pessoa. O *Denúncia* é um jornal que emplacou desde o primeiro número é um jornal crescentemente procurado nas bancas, pois do número 10 em diante aumentou bastante as cotas requisitadas pelas bancas. Eu digo isso para vocês, porque vocês vão ouvir muito que a imprensa alternativa morreu, que não há espaço para semanário, só um jornal diário é que iria conseguir se implantar em Porto Alegre. Dá para fazer imprensa alternativa, se consegue e tem leitor, isso eu garanto. Financeiramente, poderá não dar certo. Agora, financeiramente, a Caldas Júnior também não está dando certo. Financeiramente, o Jornal do Brasil também está ruim de pernas. Então não é porque nós tenhamos planejado mal, porque quem pode e está sentado, com as portas dos bancos abertas, como a Caldas Junior e Jornal do Brasil, também tem dificuldades. Então o problema não é bem da imprensa alternativa. Inventem outra coisa se o *Denúncia* não dar certo, porque esta não serve.

Tua história, Kolecza?

Estou há 22 anos em jornal. Comecei em 1960 lá no interior. Não fiz curso de jornalismo, eu saí do científico, do Julinho, diretamente para a Redação, e vim vindo, fui parar em Porto Alegre, ainda no tempo da Última Hora, Jornal do Dia, Jornal do Brasil, Rádio Gaúcha, estive num jornal em Santa Catarina, fui corres-

Jornalista não é ninguém porque não tem mandato social para exercer a profissão. O médico tira o apêndice doente, ninguém duvida: ele tem esse mandato

pondente da UPI, Manchete, Folha da Manhã. Da Última Hora passei para Zero



Hora, depois voltei, saí de novo, voltei em 74 e fiquei até 81. Nessa história vão 22 anos.

Como não diplomado, achas que o curso é fundamental?

Nem todo diplomado em Jornalismo sairá um bom jornalista e poderá sair de um não diplomado, um bom jornalista. Agora, na situação do Brasil, eu acho que a profissão deve ser reservada para quem estuda esta profissão, e eu acho que ele deve ser diplomado, porque ele tem um grande papel, uma grande tarefa na sociedade e essa tarefa ele não pode exercer com o ginásio, ou com o científico, como é o meu caso. O direito à informação no Brasil, como quase todos os outros direitos que estão aí, não são reconhecidos, mas com o direito à informação, não chega nem a haver, consciência do que se deve lutar pelo direito à informação, no Brasil. Ele não faz parte nem dos programas dos partidos da oposição. Se procurar, não tem. Fala lá, vagamente, liberdade de imprensa. Liberdade de imprensa é a liberdade do Breno Caldas, do Maurício Sirotsky, agora, direito à informação é uma outra coisa. É o povo brasileiro saber qual é a realidade do seu país. E é a garantia do jornalista, a prerrogativa de que ele está trabalhando em função de um compromisso social. Tem que haver uma delegação social para exercer a profissão, senão você sai daqui para ser empregado do Maurício. Você não é ninguém, porque você não tem delegação social por trás para exercer a profissão que o médico tem. Quando ele tira a apêndice, ele tem um mandato para fazer isto. Ele tem o direito de exercer a sua profissão. O jornalista não tem.

Em algum lugar do mundo existe esse direito à informação?

Eu acho que tem. Veja bem, isso não tem que estar apenas na constituição, tem que estar na cabeça das pessoas. Nos Estados Unidos, se uma cadeia de TV ou um jornal diz uma bobagem, chovem cartas e telefonemas para lá, dizendo que aquilo está errado, porque as pessoas tem noção de que elas não devem ser mal informadas, de que a informação não deve ser manipulada. Mas aqui ninguém briga por esse direito. A não ser o pessoal diretamente



A questão da liberdade de organização da sociedade é fundamental, então?

Isso mesmo. É o ponto de saída. O *Denúncia* é uma tentativa de organização de alguns jornalistas para, a partir da base, veicular uma nova mensagem. O negócio é organizar, não é só pensar num grande projeto, que é uma mania brasileira. Faz aquilo que tu podes fazer. Ficam imaginando grandes salas, com tapete, telex, teletipo, só que não imaginam o que tem que dar para o leitor. Isso faz parte de um certo elitismo do jornalista. O jornalista quer manter uma mensagem muito refinada, quer escrever dez vezes aquele texto. No fim ele entende, mas não pergunta se aquele refinamento, aquela estilização, realmente contribui para informação do leitor. Ainda mais numa sociedade semi-alfabetizada como a nossa. Junta tudo isso e vais entender não só a proposta imediata do *Denúncia*, mas a idéia que está por trás do *Denúncia*.

A grande imprensa pode tornar-se uma empresa com maior vínculo com a sociedade?

Desde que a sociedade cobre isso. Posso citar um exemplo: existe loteamento numa ilha do Guaíba que é um caso escabroso. Moradores tentaram a *Caldas Júnior* e *Zero Hora* e nada. *Denúncia* entrou na parada e um mês depois, o fato saiu na grande imprensa. Foi feito até um bom trabalho. Isso a curto prazo. A longo prazo, à medida que se faz isso, tende a melhorar, evolui. Uma luta acaba forçando, criando certas reações que no fim, seja em um, dois anos, vai modificar, vai dar um certo resultado.

E a imprensa alternativa morreu com a Abertura?

Ela tem que achar uma nova saída para sua mensagem. Teve um grande papel pois a "inteligentia" brasileira não tinha acesso à grande imprensa. Só tinha através da alternativa, que se estruturou para atender este público seletivo e fechado (advogados, médicos e oposição). De repente, a grande imprensa começou a publicar estas informações. A imprensa alternativa que não tinha como proposta buscar um novo tipo de público, apesar de ter cumprido maravilhosamente sua função social, ficou sem leitor. Mas *Denúncia* está trabalhando para outro tipo de público. Leva para ele um novo tipo de coisa de maneira simples sem economês, politiquês ou sociologuês. Pode ser que este trabalho venha até a pecar por subestimar a capacidade de entendimento do público de uma mensagem mais refinada. Porém, vamos descobrir qual deve ser o calibre da nossa linguagem, adjetivação, substantivação. Mas, lá em Alvorada, não em Assunção, nos escritórios ou na Borges.

Denúncia é populista?

O Populismo esconde atrás de si um sofisma que não corresponde à realidade. Se você disser em Alvorada que condena o populismo e não é populista você não é entendido. Uma coisa é chegar num local e falar para pessoas que entendam o que significa populismo, a manipulação por gente que vai usar isso. *Denúncia* populista? Se estivéssemos trabalhando com um partido, essas críticas seriam procedentes se o grupo de jornalistas usasse este tipo de jogo para obter benefícios. Entre optar por um tipo de trabalho que eu acho lindo mas que só vai atingir a um público intelectualizado e aquele que precisa de determinada informação e as recebe habitualmente por determinada maneira, que bem ou mal está valendo, eu não tenho opção, mesmo que possa ser classificado de populista.

Como é discutida a solução dos problemas sociais no *Denúncia*?

Em Alvorada, onde trabalhamos mais aprofundados, havendo uma solicitação de mais água e uma tarifa social, esta discussão surge dentro do jornal, se somos

contra ou a favor, se o vileiro vai pagar a mesma tarifa social ou não. O jornalismo é uma profissão que coloca na cabeça das pessoas grandes conceitos filosóficos, só que o dia a dia das pessoas não é feito

Se disser em Alvorada que não sou populista não sou entendido e não consigo fazer o trabalho que quero

de grandes transcendências. E são esses pequenos problemas que devem ser discutidos. Se tu passar a atacar só o modelo econômico e político, as pessoas não compram o teu jornal. Jornalismo é uma ligação direta, imediata, com as questões que te dizem respeito. Não adianta ser contra o sistema e fazer um jornal para profissional liberal. No jornalismo popular, tu tem que falar no problema do cara. É desta maneira que tu levas o jornal às pessoas.

Os denunciados estão preocupados com *Denúncia*?

Estão preocupados e nós temos provas concretas disso. A forma do *Denúncia* mexe com eles. Tu podes fazer a maior denúncia deste país que não tem o menor efeito em lugar nenhum. Agora, se tu disseres que a autoridade está recebendo grana da Bayer e provares, tu te colocaste na linha de fogo. A nossa primeira edição foi parar em algum pbrão. É uma reação meio esperta.

Se o *Denúncia* não der certo, você volta para a grande imprensa?

Não. Queimej todos os meus navios e quem estiver lendo *Denúncia* sabe disso. Mesmo que eu quisesse voltar eu não poderia. Eu queimej esses navios conscientemente, deliberadamente e vou em frente. E se tiver outro tipo de proposta parecida com a do *Denúncia*, caso ele não der certo, que possa ser classificada como jornalismo popular ou de oposição ao esquema eu vou em frente. Se não tiver isso, volto para a pequena imprensa do interior onde comecei. É, eu não estou brincando, é isso mesmo, vou fazer jornal. Nós, inclusive, estamos com um capital muito bom, porque no ano que se diz que este jornal é inviável sob o ponto de vista político, ele consegue seguir. Nós não tivemos grandes rachas lá dentro. Tivemos saída de pessoas que achavam que o jornal estava sendo deturpado, mas tudo bem. Acho que o jornal não foi deturpado e, enfim, isso que eu quero dizer que não venha a dar uma grande racha, é possível que à medida que o *Denúncia* vá se complexando, se sofisticando e tendo mais páginas, se é que vai ter, comece a dar rolo. Mas até agora se conseguiu uma grande confiança mútua. Ninguém está desconfiado que o cara do PT vai sacanear para o PT ou alguém do PMDB vai puxar o jornal para o PMDB. O segundo número saiu com uma página toda do PDT: Collares e a Educação. Todo mundo se atirou: "taí, é do PDT". Aí, terceiro número, página do PMDB: país, hospital. Quarto número: PT e o desemprego. Aí o pessoal passou a acreditar no jornal, porque eles viram isso e depois uma página dividida em três partes iguais.

Esse projeto amplo do *Denúncia* afetaria, por exemplo, caso o Simon venha a vencer em 15 de novembro? Afetaria no apoio ao governador Simon ou o fortalecimento deste?

Eu vou te traçar uma equação bem tosca; aquelas "x" mais "y" igual a tanto.

Quero fazer jornalismo popular e se for preciso volto para a imprensa do interior, onde comecei minha vida

O *Denúncia* é identificado com determinadas correntes políticas que pode chamar assim corrente popular. Bom, o *Denúncia* parte do ponto de vista de que qualquer que seja dos três caras que ganhe, estas forças populares teriam força dentro do sistema. Mas, na verdade, eles terão ou não terão. A posição do *Denúncia* de apoio ou crítica será em função desse jogo de forças populares conseguirem ter apoio, lastro no governo para desencadear determinadas iniciativas, se houver um projeto correto de cultura popular, nós estamos fechando com o projeto. Agora, se ficar como está agora, vai quebrar. Isso no setor da cultura, da habitação, tudo vai depender de cada um. Então, se o Simon vai para lá e se dominar no governo uma corrente mais conservadora, evidentemente que vai dar colisão na rota. Até em prejuízo do *Denúncia*, porque quem é que vai se quebrar? É o *Denúncia*.

Mas e se começar a se atravancar? Digamos assim que o governo de oposição assume e não faz inquérito na Caixa Estadual, no Barrisul. Inquérito que eu estou dizendo, é parar tudo e ver quem está devendo, quem não está, qual é a mutreta. Se um governo do Simon vai e deixa tudo igual, e além dos quinhentos caras que botaram agora prá dentro, o PMDB bota mais quinhentos. Não! Não, porque tem que ajeitar a casa. Se ganhar o Simon, se ganhar o Collares, eu já não falo no Olívio, porque a gente sabe das chances reduzidas dele, mas se ganhar, aí continua tudo igual? Não pode! Então, tu vais dizer: "Ah, mas daí o *Denúncia* fecha!" Fecha, e daí? Vai fechar os olhos pra isso, porque ganhou o Simon e tudo bem. Vamos conchavar? Não, pomba. Daí nós temos que ver o troço.

E se o Simon não tiver poder de decisão sobre certas coisas, quer dizer, no que depender do governo federal?

Se a forma de luta é tu chegares e dizer assim, digamos, dia 23 de novembro, decidida a eleição, número seguido de número. O secretário de Segurança deve ser o Coronel Asdrúbal não sei das quantas, porque ele é supostamente fechado com o Simon, com o PMDB, de repente a saída pode ser esta. Não vejo onde é que exista uma saída, mas, de repente, tem aí uma solução deste tipo.

A crise que vai dar no ano que vem, sai da frente! Não é que não vai ter recurso, eu não sei o que é que vai ser possível fazer para impedir que o circo pegue fogo. Este é o problema. Porque a crise que vem aí é de tal forma, a quebradeira que vai dar. Ou porque vocês pensam que o Figueiredo foi a ONU dizendo não sei o quê? Porque ele não sabe mais o que vai fazer, ninguém sabe mais o que vai fazer? O país, a partir de agora até os seis primeiros meses do ano que vem, de repente vai dar uma quebradeira. Mas, não é quebrar a lojinha aqui da Protásio, não. É quebrar o Wollens, o Renner, e aí, até um governo de oposição no Rio Grande do Sul eu não sei o que dizer, ele não vai ter dinheiro prá nada! O negócio dele vai ser ter um papel político prá ver se encontra uma estratégia prá esse tipo de coisa, porque ninguém vai impedir a quebradeira. Então não adianta dizer que pega 200 milhões dali e bota prá lá. Não tem 200 milhões! Não vai ter 200 milhões. O que vai poder: há dez mil desempregados aqui, abre uma frente de trabalho aí, que nem lá no Nordeste, prá não deixar o pessoal morrer de fome.

Gaúcho paga caro o que não produz

Ronaldo Mirt



Com intermediário, produtos mais caros

A falta de um planejamento na produção e armazenamento obriga o Estado a importar 33 por cento dos hortigranjeiros que consome

Grande parte dos hortigranjeiros consumidos em Porto Alegre são "importados" de outros estados, principalmente de São Paulo. A informação pode parecer contraditória, se levarmos em conta a idéia de que o Rio Grande do Sul é tido como um estado agrícola.

Mas em 1981, 33 por cento dos produtos hortigranjeiros comercializados pela Central de Abastecimento (Ceasa) eram provenientes de São Paulo. O presidente da companhia, Fraterno Alves de Oliveira, garante que estes números não significam que o Estado esteja produzindo pouco. "Acontece que alguns produtos têm que ser "importados" até por uma questão de clima, porque não podem ser produzidos aqui em determinadas épocas do ano".

PRODUTORES

Os 600 produtores cadastrados pela

Ceasa, hoje o principal centro de comercialização de hortigranjeiros do Estado, são estabelecidos em sua maioria na Região da Serra, Litoral e Grande Porto Alegre. Diariamente, movimentam 1150 toneladas de hortigranjeiros. Destas, apenas 63 por cento são produzidas pelo Estado.

O presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Porto Alegre, Paulo Bettio, concorda com Oliveira: "a Capital tem uma participação muito significativa no abastecimento da região metropolitana". Diz ele que "são três mil produtores em sua totalidade, mas apenas 435 são credenciados pela Ceasa, o que pode justificar a pequena participação no total das vendas". Outro fator importante neste processo é o relacionamento entre produção e comercialização. Enquanto a primeira depende de fatores climáticos e da quase inexistência de incentivos e infraestrutura, a comercialização é um fator que possui todas as características de um sistema especulativo.

Tentativas foram feitas no sentido de possibilitar ao consumidor um acesso mais real aos produtos hortigranjeiros. Há pouco tempo, a Secretaria da Agricultura anunciou a idéia da Feira do Produtor. O objetivo principal, fazer com que os produtos chegassem ao varejo sem a participação de intermediários, não deu certo. O pequeno produtor rural, por trabalhar em esquema familiar, não dispõe de infraestrutura de produção e comercialização. Plantando segundo suas tradições, não adquiriu conhecimento das flutuações do mercado nem experiências de venda ou barganha, mas fica sujeito às pressões do sistema de comercialização.

Sem as vantagens dos grandes produtores, como é o caso dos sojicultores, que têm incentivos do Governo, interessado nas receitas das exportações, o pequeno produtor, que não tem infraestrutura de produção e armazenamento, obriga o consumidor gaúcho a pagar mais caro pelos produtos que consome. Isso segundo Oliveira, "faz com que os preços dependam da quantidade de oferta dentro de um determinado período do ano, trazendo prejuízos a produtores e consumidores. Um dos exemplos citados por ele é o da batata inglesa. "Em janeiro de 1981, ela custava Cr\$ 46,95, em novembro Cr\$ 58,49 baixando para Cr\$ 49,48 em dezembro do mesmo ano. A variação do preço foi bem pequena, independente da inflação", diz ele.

PERSPECTIVAS

As perspectivas de oferta de produtos para o segundo semestre de 1982 não devem mudar. Depois de uma queda de 2 por cento na produção do primeiro semestre deste ano em relação à totalidade de 81, está prevista uma recuperação a partir de outubro estendendo-se até maio de 83, quando ocorre o período de maior produção aqui no Estado.

Isso, não será suficiente para que se suspendam as "importações" de São Paulo. Oliveira garante, contudo, que as oscilações de preço, muito grandes neste ano devido às alterações climáticas — de janeiro a maio houve uma estiagem e no meio do ano a Região da Grande Porto Alegre foi atingida por chuvaradas — não se repetirão. Estas perdas, segundo ele, "só afetaram alguns produtos e não chegaram a alterar o mercado global do setor".

Valdete Marines Cecato

Erosão, o câncer do solo

A erosão hídrica, o mais grave problema que enfrenta a agricultura, reflete na base econômica e social do Estado

As lavouras gaúchas perdem, anualmente, 63 toneladas de solo por hectare. O resultado foi obtido pelo Departamento de Solos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, para avaliar os efeitos da erosão, simulou chuvas normais em culturas de trigo e soja em diferentes estágios de desenvolvimento.

O solo, comprovaram eles, passa por períodos críticos entre o seu preparo e a semeadura e no período inicial de crescimento, quando fica totalmente desprotegido e exposto aos agentes erosivos. Se ocorrer chuva neste período, será arrastada para as baixadas e para os rios a camada mais fértil do solo, que é constituída de argila e matéria orgânica. Junto vão os fertilizantes e os pesticidas aplicados, criando novas despesas com insumos, desgaste de máquinas e combustíveis. E o pior é que então estará instalado o problema mais grave que enfrenta a agricultura do estado: a erosão hídrica, um verdadeiro câncer do solo.

Esse descuido com relação às práticas de conservação do solo no Rio Grande do Sul reflete diretamente na base econômica e social do estado. Além de reduzir consideravelmente a produção, diminuindo as taxas de exportação, desemprega e empobrece agricultores. O número de migrantes, no estado, aumenta a cada ano, sendo o problema do solo um dos maiores responsáveis. Só na última década, 370 mil gaúchos foram para Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, abrindo fronteiras para o norte do país.

Pelo simples fato de a economia estar baseada no setor primário, que gera 30% do produto interno líquido e é o suporte do setor secundário, já que 60% desses empregos são gerados pela agroindústria, já se pode ter idéia da importância do uso correto do solo.

USO INADEQUADO

A ocupação agrícola no Rio Grande do Sul iniciou com a chegada dos imigrantes europeus. Eles iniciaram o cultivo em áreas ocupadas até então pelas florestas, e iniciou assim, o processo de desmatamento. A cobertura florestal do estado, que no início do século era de 40%, hoje reduziu-se a 6%.

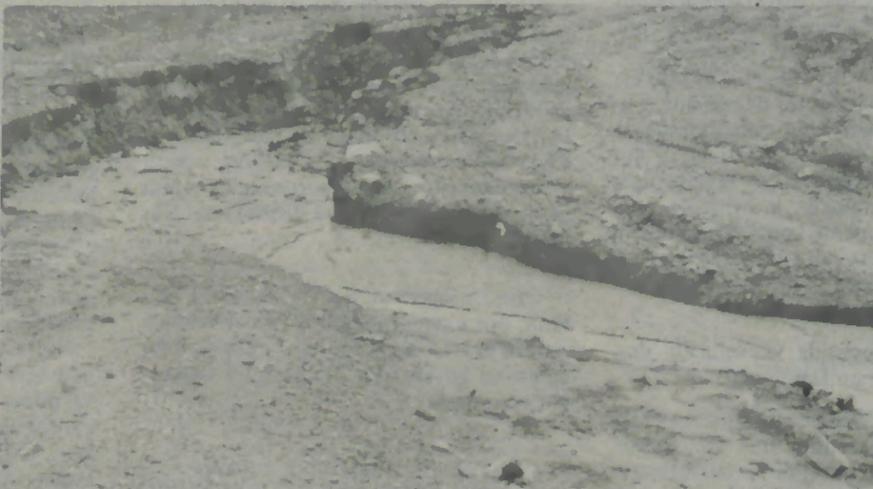
"Nessas áreas, o uso inadequado do solo somado ao excesso de preparo, com a utilização freqüente de máquinas e implementos pesados, principalmente quan-

do o solo apresenta-se com alto teor de umidade, ocorre a formação de camadas compactadas. Essas camadas endurecidas são pouco permeáveis, com deficiência de água e ar e dificultam o crescimento das raízes, advindo daí outro grande problema do solo", ressalta o agrônomo Enio Pipi da Motta.

Protegido por cobertura vegetal, dificilmente o solo sofre erosão hídrica. Essa cobertura (viva ou morta, como os resíduos culturais) intercepta as gotas de chuva, diminuindo seu impacto contra o solo e evita, assim, que inicie o processo de erosão. Além disso, a cobertura vegetal reduz a velocidade de escoamento das águas e impede o transporte de partículas de solo. Os técnicos da Secretaria da Agricultura recomendam, num de seus manuais para o agricultor, "que sejam plantados cordões em contorno com vegetação permanente, culturas em faixa e até mesmo patamares", além de respeitar a declividade do terreno, plantando em curvas de níveis; caso contrário, o caminho da chuva é facilitado.

CUIDADOS MÍNIMOS

O agrônomo Motta explica que "o manejo ideal é aquele que utiliza a mínima mobilidade do solo, com o aproveitamento integral dos restos culturais, de maneira a não deixar o solo nu. Para isso, dois métodos podem ser utilizados. Um é o Plantio Direto, que consiste na semeadura das culturas sem preparo do solo, diretamente sobre os restos culturais picados. O outro é o Cultivo Mínimo, que consiste na mobilização mínima do solo sobre os restos culturais que são, assim, semi-incorporados".



Sem cobertura, a erosão carrega a terra boa

A falta desses cuidados mínimos já transformou 2 mil hectares de campos gaúchos em desertos. Nestas áreas, a maior parte delas situada na fronteira oeste do estado, a Secretaria da Agricultura desenvolve um projeto de recuperação. "São colocadas esteiras para impedir que o vento espalhe a areia", diz Motta. A seguir, restos culturais são depositados, formando uma cobertura morta. So então é realizado o reflorestamento, com essências florestais de rápido crescimento, como o eucalipto, o pinus ou mesmo pastagem". Mas ele mesmo alerta que é um processo lento. "É preciso 150 anos para repor 1 cm de terra".

Os problemas causados pela erosão espalham-se e vão ameaçar a vida dos peixes e de toda a fauna aquática, além de prejudicar a geração de energia elétrica. A erosão deposita grande quantidade de solo em rios, açudes e barragens, num processo conhecida como assoreamento, que danifica e reduz a capacidade das turbinas das barragens, trazendo problemas para as hidroelétricas. Nos rios, o solo permanece no fundo, reduzindo a capacidade efetiva do leito e facilitando a ocorrência de inundações.

São esses efeitos da erosão que estudos como o que apresenta o Manual de Conservação do Solo da Secretaria da Agricultura pretende evitar. Mas o manual lembra que "só mesmo uma política severa de conscientização do agricultor para a importância da conservação do solo, poderá fazer com que uma de nossas maiores riquezas, o solo, não seja danificado".

Denise Maria Debastiani

Wallace Lehmann

Salve seu dinheiro da Inflação

Numa época em que o país passa por uma fase difícil, com a inflação por volta de cem por cento, aplicar bem o dinheiro e obter a melhor taxa é uma arte que requer cuidadosa pesquisa de mercado. Aqui, algumas idéias de como protegê-lo.

CADERNETAS DE POUPANÇA

A Caderneta de Poupança continua sendo o investimento mais procurado pelo pequeno investidor. A evolução dos depósitos, constitui o fato mais importante registrado nos últimos anos na poupança interna brasileira. Para Clélia Feijó, gerente da Caderneta de Poupança Bradesco, os depósitos continuam aumentando, apesar de apenas cobrir os índices inflacionários. Segundo Clélia, "quem aplica em Caderneta de Poupança não é o grande investidor e sim o assalariado que todos os meses deposita um pouquinho. Esse assalariado não é sempre que retira os rendimentos. Ele prefere deixá-lo na Caderneta e só os retira em caso de emergência."

Clélia Feijó diz também que a Caderneta de Poupança ainda é o melhor negócio, pois seus rendimentos nunca ficam abaixo da inflação. Prova disso são os 23,14% que rendeu no terceiro trimestre desse ano. Índice maior que esse só foi registrado em 1967. "Com apenas um ou dois mil cruzeiros já é possível se abrir uma Caderneta de Poupança e os depósitos não têm valor estipulado".

POUPANÇA A PRAZO FIXO

Para quem dispõe de um pouco mais de dinheiro para aplicar, foi criada a Caderneta de Poupança a Prazo Fixo. Funciona como a Caderneta de Poupança comum, com a diferença de exigir no mínimo 20 mil cruzeiros para ser aberta e o prazo de carência é de seis meses. A partir do sétimo mês os rendimentos podem

ser retirados mensalmente. Também rende juros anuais maiores que a Poupança comum. Esta rende 6% ao ano e a outra poderá render entre 9 a 10% ao ano, mais a correção monetária. Clélia Feijó salienta "que com a criação da Caderneta a Prazo Fixo há esperança de melhorar os depósitos de grandes investidores."

MERCADO DE AÇÕES

O Mercado de Ações foi o investimento que mais rendeu no primeiro semestre de 82, ganhando até da Caderneta de Poupança. Mas é um investimento que não permite a entrada do pequeno investidor, por exigir grandes quantias. O mercado acionário também é um investimento muito restrito, porque apesar de ser muito instável, requer um profundo conhecimento em Mercado de Capitais. Segundo Marco Aurélio Moliterno, gerente de operações da Corretora Habitasul, é muito pequeno o número de pessoas físicas que investe em ações. Os grandes investidores continuam sendo as instituições e os fundos de investimento.

O investidor pessoa física é caracterizado pelo profissional de nível superior, com uma renda de mais ou menos um milhão de cruzeiros anuais e na faixa dos quarenta a cinquenta anos. Os investidores institucionais, que são os que mais se beneficiam do mercado acionário, são os fundos de pensões e os fundos de investimento como o 157 e o 1401.

Mas apesar de tudo isso, entre outras opções de investimento, no ano passado foram as ações que apresentaram maiores lucros. Algumas empresas como a Souza Cruz, White Martins e Banco do Brasil obtiveram uma rentabilidade superior a 400%, contra uma inflação de 95,2%.

"OPEN-MARKET"

É um depósito a prazo fixo e sua taxa varia diariamente conforme o movi-



Dinheiro, cada vez mais desvalorizado

mento do mercado. Para se fazer uma aplicação no "open-market", é preciso de no mínimo 300 mil cruzeiros para pessoa física. Não é considerado um ótimo negócio, pois rende menos que a Caderneta de Poupança e, conseqüentemente, fica abaixo da inflação.

Para o gerente de operações a prazo fixo do Banco Sulbrasileiro, José Augusto Gattiboni, a vantagem das aplicações em "open-market", é quando se tem uma quantia razoavelmente grande, disponível por pouco tempo. "Por exemplo: hoje se vendeu um imóvel e se vai comprar outro daqui a quinze dias ou um mês. Se o dinheiro ficar parado durante esse período desvalorizará, e se for aplicado na Caderneta de Poupança não renderá nada porque não ficará depositado durante um trimestre".

Os depósitos podem ser feitos por um prazo mínimo de uma semana e no máximo de 6 meses, podendo ser renovado quando vencer. A taxa varia entre

5,5% e 7,3% ao mês. Essa variação depende da instituição financeira depositária. O Bradesco dá 5,5%, o Banco Sulbrasileiro 6,2%, o Banco Real 6,5% e a Corretora Zaluski 7,3%.

Existe uma subdivisão do Open-Market, que é o "over-night". O depósito é feito num dia podendo ser sacado no outro ou dois ou três dias depois, com os rendimentos do mês proporcionais ao tempo que o dinheiro ficou aplicado. A taxa varia diariamente conforme o volume de aplicações. As maiores taxas são registradas de segunda a quinta-feira, que renderam no mês de agosto até 13% ao mês.

O over-night é a solução para quem tem uma quantia disponível por dois ou três dias e quer tirar o maior proveito dela. Deve-se salientar que essa aplicação não permite a entrada de pequenos valores e o mínimo exigido são 500 mil cruzeiros.

Ana Maria Lovato Leiria

TRT evitou greve dos motoristas

Só a conciliação do TRT permitiu acordo entre trabalhadores e patrões evitando a greve e prejuízos aos usuários de ônibus.

Acordo homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho no dia 25 de agosto, estabelecendo o salário de Cr\$ 74.400,00 para motoristas, Cr\$ 60.000,00 para fiscais e largadores, e Cr\$ 40.800,00 para cobradores, além de outras vantagens, pôs fim à ameaça de greve no setor do transporte coletivo de Porto Alegre. Sem atender a proposta dos trabalhadores de Cr\$ 100.000,00, Cr\$ 85.000,00 e Cr\$ 70.000,00, e nem a contraproposta dos patrões de Cr\$ 71.748,00, Cr\$ 59.770,00 e Cr\$ 40.838,00, prevaleceu a decisão do juiz presidente do TRT, Ermes Pedrassani. Além do salário, os trabalhadores conseguiram outras vantagens, como a inclusão das horas extras nas férias e no 13º salário, 25% para as duas primeiras horas extras e 50% para as demais, estabilidade para a mulher gestante por mais 90 dias e estabilidade de 120 dias para a Comissão de Salários.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Othelo Silveira da Silva, o acordo se constituiu numa vitória do sindicalismo responsável: "muitos me chamam de pelego, pode ser que eu seja pelego, mas a minha categoria tem o maior salário do Brasil. Os diretores dos sindicatos de Canoas e São Leopoldo, que não são considerados pelegos, fizeram acordo com os patrões ganhando Cr\$ 5.000,00 menos

do que nós". Sérgio Vicente dos Santos, líder da Comissão de Salários, não concorda com Silva. "É claro que este salário é bom, se o compararmos com o da média das outras categorias, mas é insuficiente ante o crescente custo de vida", diz ele. "Se aprovamos o acordo para manter o emprego e também porque Othelo perdeu a data base, de 26 de agosto, por ter ajuizado o dissídio do ano passado fora do prazo. Com isso, o TST transferiu a data base para março, com enorme prejuízo para os trabalhadores. O acordo agora homologado mantém a data base em 26 de agosto".



Transporte coletivo, o colapso adiado.

POSICIONAMENTO DOS PATRÕES

O acordo pôs termo também a acusações e especulações formuladas pelas partes envolvidas. Para os trabalhadores, os patrões tinham interesse na greve, por conseguirem vantagens em qualquer caso. Uma greve vitoriosa os forçaria a aceitar as reivindicações mas como contam com o apoio das autoridades, conseguiriam repassar seu ônus aos usuários, ganhando com isso maiores vantagens econômicas. Se fracassasse, no que eles apostavam, dada a ilegalidade da greve por abranger uma atividade essencial, os patrões teriam uma oportunidade para afastar definitivamente do setor as lideranças surgidas na greve de 1979, que estariam ameaçando a estabilidade dos atuais dirigentes sindicais, considerados confiáveis pelos patrões.

O presidente do sindicato patronal, Antônio Chula, que durante todo o tempo contou com o respaldo do presidente da sua Federação, Ilso Pedro Menta, além do apoio ostensivo da delegada regional do Trabalho, Aurora Barros, do prefeito Guilherme Socias Vilela, do secretário dos Transportes, Jarbas Haag, e do próprio presidente Othelo, acha que o movimento dos trabalhadores esteve sob o comando de agitadores, infiltrados na Comissão de Salários.

POSIÇÃO DOS TRABALHADORES

A Comissão de Salários, escolhida para fiscalizar a atuação do presidente Othelo, considerado pelego e patronal por seus integrantes, tinha doze trabajado-

res, sob a liderança de Sérgio Vicente dos Santos, para quem a categoria não descartou a greve, mas não a queria: "quem está criando condições para uma paralização é a intransigência dos patrões em torno de uma proposta ridícula, que apenas abrange o reajustamento mínimo previsto na lei". Santos também rebate as acusações de infiltração de agitadores: "quando os patrões vêm acompanhados de advogados para enrolar os trabalhadores, todo o mundo acha natural. Mas quando os trabalhadores vêm com advogados, que não se vendem e nem se dobram, aí até o prefeito, que ninguém elegeu, ajuda o patrão a gritar". Para Santos, na verdade, quem evitou a greve foi a própria Comissão. "A primeira vez foi na assembléia de 22 de julho, no auditório Araújo Vianna, quando a maioria dos mil e 500 presentes, rejeitou a proposta patronal levada pelo representante do Ministério do Trabalho, jornalista Waldomiro Chaves, e decidiu paralisar os ônibus a partir de zero hora daquele dia. A Comissão conseguiu convencer o plenário a transferir a decisão para o dia 25, que era domingo".

"Naquele domingo", continua Santos, "a Comissão conseguiu retirar da ordem do dia o assunto greve, com o argumento de que um plenário de mil 500 ou 900 pessoas, como o do domingo, era muito pequeno para decretar uma greve de mais de 12 mil trabalhadores". A greve ficou afastada no dia 23 de agosto, quando a Comissão de Salários, acompanhada dos seus advogados, decidiu aceitar, por unanimidade, a proposta conciliatória do presidente do TRT.

Eduardo Antonio Rech

Homossexualismo: um jeito de amar

Acabada a fase do tabu, tornou-se moda ser liberal e a discussão do homossexualismo surgiu.

"Comecei há cerca de um ano atrás o meu relacionamento homossexual. Mas minha atração por mulheres se perde na poeira dos anos. No fundo sou muito romântica e fantasio muito as coisas. Sei lá, acho que é sensibilidade em excesso e carência", diz Eneida, 20 anos, universitária. Beth, 26 anos, free-lancer, também não lembra muito bem o começo: "Acho que não senti muito medo, porque eu nunca tiver turminha de amigas com namorados e coisas assim. A coisa pintou sem eu saber muito sobre sexo ou sobre o que era permitido ou proibido sexualmente". Mas Paulo, 28 anos, já vê pelo lado da promiscuidade e da exploração do homossexual: "Estou decepcionado com o homossexualismo."

A homossexualidade, ainda que não seja um fato novo dentro da estrutura social, só agora vem sendo mais debatida e levada à público para um maior conhecimento. E como tal, vem adquirindo um aspecto de moda. Em suas edições, ficou comum que as revistas tragam os últimos estudos à respeito ou uma nova pesquisa que prova que o brasileiro está aceitando mais o homossexual. Mas como a própria sexóloga Maria Aparecida Vieira Souto apontou, o fato de se falar muito de homossexualismo atualmente é até uma questão a nível de funcionamento da sociedade capitalista, porque os meios de comunicação utilizam a sexualidade como forma de manipulação. Quer dizer, "pensem na homossexualidade, enquanto o país vem abaixo."

Mas o que se sabe realmente a nível de pesquisas sobre o assunto? O que se tem dito de mais atual a respeito? E será que apesar de tudo, o homossexualismo ainda não é aceito? O que os homossexuais pensam de sua situação? Que diferenças há no modo de encarar a homossexualidade feminina e a masculina? O que representa tudo isso dentro da sociedade capitalista?

A TAL HOMOSSEXUALIDADE

Historicamente falando, a primeira pessoa a estudar a homossexualidade talvez tenha sido Freud. Ele partia de uma fase homoerótica, localizada na infância, e que seria regular no curso do desenvolvimento do indivíduo. Isso significaria que todas as pessoas têm uma tendência homossexual latente. Mas o resultado das ansiedades de castração, já na fase adulta, mobilizadas pelas relações familiares patológicas reforçariam essa tendência homossexual que, num determinado momento, deixaria de ser tendência e deixaria de ser latente para ser real.

A par disso, a psicóloga Helena Vitória Petrovick Fetter coloca o homossexualismo como "uma expressão inadequada da sexualidade. Em termos emocionais, se pode explicar através de uma pessoa não ter modelos de identificação adequados com seu próprio sexo no desenvolvimento da sexualidade." Para ela, depende muito do ambiente e de influências biológicas, embora endocrinologistas, como o gaúcho Antônio Carlos Giacomet, afirmem que não há hormônio que interfira no fato de uma pessoa ser ou não homossexual.

Ainda dentro da área clínica, Tânia Callegari, ginecologista, insiste em que só se explica clinicamente doenças e o homossexualismo não é considerado uma doença, mas sim uma opção sexual.

A definição mais atual de homossexualidade, porém, é a que nos apresenta Maria Aparecida. Segundo a sexóloga, a homossexualidade já foi encarada de muitas maneiras: primeiro como doença, depois como perversão, depois como desvio, depois como disfunção. Hoje, os pesquisadores colocam que é, basicamente, uma conduta alternativa e não uma opção.

Embora com opiniões diferentes, todos manifestaram preocupação comum com o lado emocional de uma relação homossexual. A psicóloga Helena Vitória, por exemplo, lembra que a parte física e a emocional não podem ser separadas, pois interagem. Mas é Tânia Callegari que vai nos explicar melhor a questão: "certos autores consideram que haja um tipo que se chama homoemocional, porque se sabe que a fisiologia e a parte emocional do homem e da mulher são diferentes. Então, na relação homossexual pode haver uma adaptação maior, porque geralmente a pessoa já está acostumada a sentir da mesma maneira."

E aí se faz toda uma análise de tipos: há homossexuais com um tipo muito mais masculino ou muito mais feminino. Quando se analisa o tipo de comportamento do homem, nota-se que ele é mais seco, embora com o tempo ele esteja se modulando às necessidades da mulher. Então, surgem mulheres homossexuais com características masculinas, com tendência maior a procurar um relacionamento homossexual heterossexual, semelhante ao relacionamento homem/mulher, só que na verdade entre mulheres. Apenas uma tem um jeito mais masculino, atitudes mais masculinas, um comportamento homossexual heterossexual: é a machista feminina. A outra tem um aspecto mais feminino, carências mais femininas: são as homoemocionais propriamente ditas.

"Na realidade", diz Tânia, "elas fundamentam seu relacionamento por uma carência afetiva; do relacionamento afetivo e emocional é que brota a relação sexual na verdadeira acepção da palavra. Não sei se essas mulheres, se encontrassem um homem que suprisse essas suas necessidades, não teriam um relacionamento heterossexual. Porque parece que elas estão suprimindo a carência emocional delas com outra mulher que pode responder ao nível e não conseguem suprir com um homem, por causa da empatia talvez, da fisiologia masculina."

Eneida explica os seus motivos: "Não acredito muito em fatores biológicos, embora de repente ache que eles podem interferir. Pode ser psicológico, como tenho a tendência de ver meu caso. Tenho altos grilos em relação à figura do meu pai e acabo transferindo tudo p'ra mãe. Não sei se é isso mesmo. Também tem o caso do sexo em si: beijar outra mulher só é di-

ferente porque não tem a barba roçando. Quanto aos carinhos, são bem mais delicados, ou foram no meu caso."

A SOCIEDADE

"Sempre tive medo do ridículo," diz Paulo, "não vou me expor ao ridículo. Não posso ser homossexual na rua. Nunca sofri pressão, porque nunca relatei nada a ninguém. Procuo amizade com pessoas como eu, justamente para ser aceito. Acho que por ser homossexual eu não tenho necessidade de relatar aos outros".

É a partir do depoimento de Paulo que se coloca em dúvida as já famosas pesquisas que pretendem provar que o homossexualismo vem sendo aceito pela sociedade. Segundo o sociólogo Norberto Etges, a sociedade capitalista jamais vai aceitar o homossexual, porque o sistema de produção precisa de mão-de-obra, de força de trabalho, e o homossexual se nega a fazer isso. Além do mais, o homossexual é uma pessoa que, ao menos teoricamente, não reproduz. Para ele, tudo depende muito da classe social em que se encontra o indivíduo homossexual.

Chega-se, então, à questão do modismo: depois de uma época de tantos tabus, hoje em dia é proibido ter preconceitos. Na verdade, o que está em moda não é o homossexualismo em si, mas ser liberal. A pessoa que quer estar na moda, que não quer ser chamada de "quadrada" tem que aceitar tudo o que antes era tabu, principalmente em termos de sexo. Então, viva o sexo em grupo, viva o casamento aberto, viva o homossexualismo. Ainda que nem no canto mais escuro de seu quarto o indivíduo tenha qualquer uma dessas práticas.

Por outro lado, todo esse liberalismo permitiu que as coisas pudessem ser mais debatidas. Hoje em dia, já se fala bem mais abertamente de homossexualismo e as pessoas têm acesso às pesquisas e estudos feitos neste sentido. Inclusive, passou a se debater não só a homossexualidade masculina, como também a feminina, ainda que com muito recato e muito mais seriedade.

A MULHER HOMOSSEXUAL

Como diz Helena Vitória, "existé toda uma história de repressão sobre a mulher e sobre o homem não, porque para ele qualquer comportamento sexual é muito mais valorizado. Desde que o homem não desmunheque, o que é ridicularizado, mesmo transando com homossexuais ele é machão." De fato, nunca se vê, numa relação homossexual masculina, que os dois estão tendo um comportamento homossexual. E Maria Aparecida, como sexóloga, explica este fato da seguinte maneira: "ensinam ao homem que

ele é um ser sexual e, talvez, um ser social. A mulher é, antes de mais nada, um ser social e, muito camufladamente, um ser sexual. Então, existe uma diferença muito clara em termos de educação, em termos de traço cultural."

Para Eneida, o problema é difícil para os dois sexos; porque a sociedade não aceita e o grupo social é importante na vida de qualquer pessoa. Além do mais, todos os preconceitos que estão fora, é natural que estejam dentro da pessoa também. Então a briga é muito maior. Mesmo assim, Eneida acredita que para a mulher as coisas sejam muito mais difíceis, no momento em que ela é muito mais reprimida que o homem. Mas lembra que "a mulher tem tido muito mais facilidade para romper com os tabus de sua educação que o homem."

O que fica claro é que não se pode discutir a homossexualidade feminina sem discutir a condição da mulher no mundo moderno. Afinal, junto com o fato dela estar se expressando sexualmente, ela está se expressando como pessoa em vários níveis. Isso, muitas vezes de maneira sistemática, vai refletir na atitude sexual dela. Eneida aponta a dificuldade mesmo de se perceber uma relação homossexual feminina, porque é muito mais fácil dissimular através de atitudes que sempre foram comuns entre as mulheres numa sociedade machista como a nossa.

QUESTÕES DE ORDEM CULTURAL

Se aprofundarmos um estudo a respeito da condição sexual de homens e mulheres, se chegará à conclusão que se estabeleceu uma série de características de ordem cultural que dividiram os dois sexos em extremos que, na verdade, não são tão distantes assim.

Dentro das pesquisas que concluíram que a homossexualidade é uma conduta alternativa, existe a explicação da sexualidade através de uma escala na qual as pessoas caminhariam, inclusive, a partir das circunstâncias. Assim, em determinado momento, uma pessoa pode ser 70% heterossexual e 30% homossexual, explicado de maneira simplificada.

Maria Aparecida lembra ainda que o que se sabe hoje é que a diferença entre homens e mulheres são apenas quatro: o homem tem ereção e ejacula e a mulher menstrua, engravida e amamenta. Todas as outras diferenças foram estabelecidas a partir de padrões educacionais. Explica também que o trabalho dos terapeutas no mundo inteiro é no sentido de fazer com que a pessoa se ajuste a essa condição e passe a pressionar o ambiente e não o de abafar a expressão da sexualidade.

Coincidindo com a opinião de Beth, Maria Aparecida afirma que "as pessoas não têm medo do homossexual, mas de descobrir-se dentro de si que são capazes de entrar numa interação sexual com essa pessoa e achar bom".

O depoimento de Eneida talvez, resuma tudo o que diz respeito ao homossexual dentro de nossa sociedade: "o homossexualismo representa meu problema maior. Não sei se sou homossexual nem se quero ser; ao mesmo tempo que encaro como uma maneira subversiva de viver, gostaria de ser aceita por todos. Queria ver as pessoas acreditarem na minha capacidade de ser afetiva com todos, sempre muito perto. Mas queria me entender também e não consigo, isso é que me preocupa: não saber responder com exatidão porque mulheres me atraem e sou capaz de manter relações tão íntimas assim com elas. Tenho medo de ser transsexual ou de me descobrir frustrada. Sei lá, homossexualismo é uma barra!"

Letícia Chaves Milano



Rogério Fernandez

A dura disputa dos votos da direita

Com muito dinheiro, campanhas agressivas e até lances de espionagem, os candidatos das comunidades de segurança e informações travam uma batalha em busca dos 80 mil votos que poderão eleger três deputados e quatro vereadores, em novembro.

Trata-se de um atrativo contingente eleitoral de aproximadamente 80 mil votos. Em conjunto, os 22 mil funcionários da ativa da Brigada Militar, os seis mil policiais civis em atividade no Rio Grande do Sul, mais milhares de reservistas, ex-policiais, brigadianos aposentados, simpaticizantes, parentes e pessoas ligadas às comunidades de informação e segurança compõem um grupo capaz de eleger, no mínimo, três deputados estaduais e quatro vereadores. A um mês das eleições a briga por esses votos desenrola-se com vigor, campanhas agressivas, muito dinheiro e até mesmo alguns lances de espionagem.

Na verdade, o aproveitamento desse filão de votos não é propriamente uma novidade. Desde 1976, policiais são guindados a cargos públicos pelo voto de seus companheiros. Em 1978, o processo teve continuidade com as reeleições do delegado Cícero Viana, do coronel Pedro Américo Leal e do ex-comandante da Brigada Militar, Jesus Linares Guimarães; todos levados à Assembleia Legislativa pelo voto de pessoas ligadas às comunidades de segurança e informações. Nas eleições desse ano, porém, ninguém duvida que a competição será bem mais árdua. Afinal, surgiram novos concorrentes, com campanhas mais agressivas e mais financiamentos.

Os dois mais destacados certamente são Milton Weyrich, de 45 anos, que, como Linares, também já foi ex-comandante da Brigada Militar, e Ricardo Peró Job, de 24 anos, filho do Secretário de Segurança João Osvaldo de Leivas Job. Único candidato a definir-se publicamente como "um homem de direita", Weyrich concorreu a deputado estadual fazendo dobradinha com Peró Job, que é candidato a vereador. Juntos, eles esperam fazer cerca de 80 mil votos; uma previsão mais do que otimista.

Com duas reeleições Jesus Linares Guimarães demonstra uma aparente tranquilidade com relação aos resultados do pleito de novembro. Ele assegura que seu trabalho tem recebido elogios dentro da comunidade de informações e até mesmo na própria Secretaria de Segurança. Portanto, tem certeza de que já está com a vaga garantida. De qualquer maneira, falar sobre seus adversários diretos desagradava-o sensivelmente.

"Os integrantes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, vêem em mim um candidato ideal. Afinal, todos eles sabem que minha lealdade à instituição tem raízes profundas e sinceras. Na hora de votar, saberão pesar os seis anos de trabalho intenso e ininterrupto realizado em prol dessa causa", assegura Linares Guimarães, que não gosta de responder nenhuma pergunta a respeito da candidatura de Milton Weyrich, seu mais preocupante rival.

Sem um perfil tão assustador quanto o de Weyrich, o delegado Cícero Viana também conservava a certeza de que seria reeleito, o que provavelmente ocorreria se não tivesse morrido, de câncer no pulmão, em setembro passado. "Os policiais civis ganharam muitos benefícios desde que cheguei à Assembleia Legislativa. E eles saberão retribuir", costumava dizer Viana que não acreditava no seu maior rival, o delegado Augusto Serrano dos Reis,

surpreendentemente, candidato pela oposição. Confiante na tradição petebista da polícia gaúcha pré-64, Serrano dos Reis vai concorrer pelo PDT.

Nenhum desses candidatos, entretanto, tem tantas chances de eleição quanto Weyrich. Apoiado por empresários, industriais e toda a ala da Brigada Militar que não "fecha" com Linares, Weyrich espera fazer 60 mil votos, três vezes mais do que o necessário para conseguir uma vaga na Assembleia. Sua campanha foi lançada com estardalhaço e esbanjamento de dinheiro.

Numa manifestação que sua assessoria considerou como sendo "o maior comício político da história do Rio Grande do Sul", Weyrich lançou sua candidatura no Parque de Exposições de Esteio, na presença de 20 mil pessoas. Ele chegou escoltado por motos e cavalariáns. Os participantes estavam lá atraídos pela oratória inflamada do candidato e pelo suntuoso carrozão servido logo a seguir. A festa foi inteiramente financiada por "simpatizantes da candidatura".

"Os direitistas de todo o Estado estavam aguardando alguém que tivesse a coragem de dizer e provar que a direita é a única e eficaz maneira de combater as esquerdas", costuma dizer Weyrich. Na verdade, "costuma dizer" é força de expressão: o ex-comandante da Brigada não dá entrevistas; apenas responde perguntas por escrito.

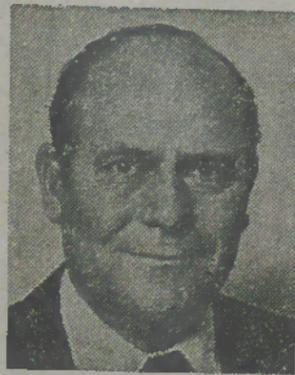
É nessas respostas redigidas nos gabinetes de sua assessoria que ele costuma "dizer" frases do tipo: "Garrastazu Médici era o homem certo, na hora certa, no lugar certo" ou "a pobreza do Brasil de hoje é a miséria de antes de 64 em busca de remissão". E é desta forma, também, que ele explica os motivos que os levaram a concorrer:

"Só tomei a decisão definitiva quando homens de indústria e do comércio exigiram isso de mim. Eles disseram que queriam garantir a eleição de alguém que pudesse proteger o futuro de seus filhos. Isso me moveu."

Sabe-se que um desses "homens de indústria" — talvez o principal incentivador da candidatura de Weyrich é o presidente da Siderúrgica Riograndense, Jorge Gerdau Johanpetter. Mas a campanha de Weyrich já sofreu um revés sério: um documento "secreto" da PM-2 (o serviço secreto da BM) foi "desovado" nas redações dos principais jornais de Porto Alegre. Nele, relatava-se com profusão de detalhes a "Operação Cirne Lima", que nada mais era do que um plano de espionagem das relações do ex-ministro Luís Fernando Cirne Lima e Erica Johanpetter, ex-mulher de Jorge. A operação (supostamente realizada sob o comando de Weyrich) teria sido organizada a pedido de Johanpetter. Como os documentos — dez xerox detalhadíssimos — foram parar nas redações, ninguém sabe informar.

Aparentemente alheio aos problemas de seu companheiro de chapa, Ricardo Peró Job segue a mesma retórica de seu colega: "Os jovens, hoje, andam muito indecisos em questões políticas. É preciso que surja alguém que não tenha medo de apontar-lhes o caminho da segurança e da estabilidade. E isso, falando na sua linguagem. Essa pessoa pode ser eu".

UMA VIDA MELHOR PARA TODOS



Weyrich: abrindo o jogo para os eleitores

DEPUTADO ESTADUAL

MILTON WEYRICH

PDS N.º 1201 PDS

NACIONALISTA DEMOCRATA

DE DIREITA

Watergate crioulo

A "operação Cirne Lima" não foi propriamente o que se pode chamar de um caso Watergate. Afinal, os maiores jornais do Brasil praticamente ignoraram os documentos secretos da PM-2 (órgão de informações da Brigada Militar gaúcha) que foram desovados em suas redações. Mas as várias páginas de ofício que vinham acompanhadas por fotos e pelo indispensável carimbo "Confidencial", narravam com detalhes toda a história da espionagem que vários agentes da instituição fizeram para investigar as relações de Erica Bier (ex-mulher do empresário Jorge Gerdau Johanpetter) com o ex-ministro Luís Fernando Cirne Lima (na época, dirigente do PP gaúcho).

A operação — segundo os documentos, dirigida pelo coronel Milton Weyrich — teria sido realizada a pedido do empresário e paga a preço de ouro: mais de cinco milhões de cruzeiros. O problema é que todos esses gastos, todos os cuidados que envolveram as investigações, todas as informações acumuladas ao longo de várias semanas, acabaram resultando num revés muito maior para os próprios espões do que para os espionados. Afinal, além de provar que Cirne Lima e Erica Bier mantinham uma relação absolutamente normal, o que não era segredo a não ser para a PM-2, a operação acabou significando a maior derrota política da milionária campanha de Weyrich, uma vez que acabou desmascarando por completo o uso ilícito que o militar fez de seu cargo de chefia na instituição. A seguir, alguns trechos do relatório:

Dia 21 de julho, 9 horas da manhã: notou-se a presença de veículos pertencentes a órgãos de segurança, confirmando-se posteriormente tratarem-se de agentes da Polícia Federal, que estavam nas proximidades da casa de Erica.

Dia 23 de julho de 1981: foram fotografados os seguintes locais: residência de Erica, de Lima e irmão de Lima.

Comentários: Pelo exposto em relatório anterior, há possibilidade de "queimar" o serviço, motivo pelo qual houve uma temporária retirada e mudança de estratégia, tendo em vista a grave repercussão que poderá advir, caso seja levantado o serviço. Face esses fatos expostos, houvessem por bem nos afastar do local de observações, complementando outros dados.

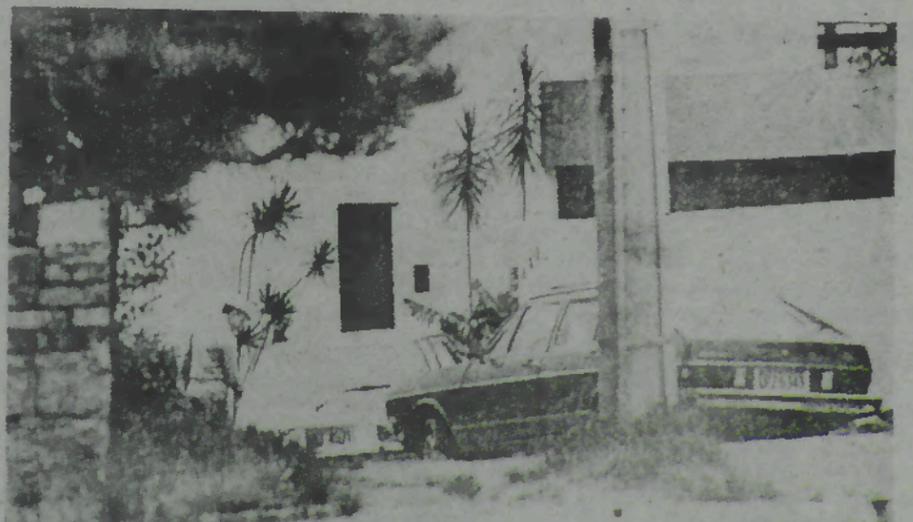
Dia 23 de julho de 1981: Lima e Erica deslocaram-se via rodoviária no veículo placas KT 4571, Ford Belina 11, rumo a Dom Pedrito. Constatou-se que o referido possui neste município uma fazenda de nome Pedreira.

As equipes foram barradas do acompanhamento do casal dada a alta velocidade com que o casal se deslocou e por falta de combustível nos veículos. As fotografias foram tiradas numa velocidade de 140 km/h, após o que não foram mais alcançados.

Junto com os documentos "confidenciais" da PM-2, vinha uma carta — anônima, é claro — que explicava que Weyrich já recebeu mais de Cr\$ cinco milhões pelo "serviço", além de apoio político que constou, entre outras coisas, "de uma homenagem na Sociedade Hípica de POA, tendo o referido evento sido proposto pelo mandante da Operação, que é pessoa de projeção não só na Soc. Hípica como na soc. gaúcha".

Logo depois, seguem os nomes dos funcionários da Brigada Militar envolvidos no caso: "A operação foi realizada por ordem expressa do Cel. Weyrich ao cel. Mauro Carvalho, então chefe do Serviço de Informações PM-2. Militares que executaram a operação: Ten. Cel. Nei Castilhos da Silva, Sub-Chefe PM2, Maj. Sílvio Carriço Ribeiro, chefe da Subseção de Operações PM2, Cap. Fraga, membro da PM", Cap. PM Jorge Ramos, membro da PM", Cabo PM Pavão, motorista, Soldado PM Antônio (Toninho), Soldado PM Dalvi".

Eduardo Romulo Bueno



A PM-2, desastrosa, invadindo a privacidade de Cirne Lima

Seminário ainda longe do objetivo

O Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizou, de 2 a 5 de junho de 1982, um Seminário Interno sobre o Ensino da Comunicação Social.

Participaram e colaboraram com o Seminário a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, Departamento de Comunicação Social, Comissão de Carreira-Comunicação Social, Diretório Acadêmico da Biblioteconomia e Comunicação Social e a Pró-Reitoria de Graduação, através do Projeto de Melhoria da Qualidade de Ensino Superior da UFRGS. Desenvolveu-se através de reuniões plenárias e de sessões de debates, em que trabalharam cinco grupos, formados por professores e estudantes, e coordenados pelos professores Telmo Cardoso Costa, Sérgio Caparelli, Maria Helena Weber, Matha Alves de Azevedo e Ricardo Schneiders da Silva.

Segundo o relatório final do Seminário, os objetivos foram desencadear um processo de reflexão e de discussão sobre a realidade do Curso, visando definir e posicionar os seus objetivos e filosofia, bem como oferecer sugestões para a melhoria da qualidade do ensino a curto, médio e longo prazos.

Concluiu o Seminário que, para o seu êxito, todas as proposições e recomendações merecem atenção e estudo dos diversos setores e órgãos da unidade, afetos ao Curso, e que sirvam de estímulo e motivação para quem de forma integrada e participatória se desenvolvem os planos e projetos necessários para viabilizar as propostas.

Aqui os principais trechos do relatório final do Seminário sobre o Ensino da Comunicação Social:

Universidade: deve partir para uma melhor integração com a comunidade, bem como assumir o papel de laboratório do conhecimento, criador e transmissor de novas idéias, de técnicas e de tecnologias; deve ser um agente de modificação, de transformação permanente, laboratório da própria sociedade, assumindo a democratização plena e servindo de exemplo

catalisador para a democratização de toda a sociedade brasileira.

Comunicação Social: deve-se valorizar os conceitos do direito à informação como direito fundamental do ser humano, e da informação, como recursos essenciais ao homem, da mesma forma como alimentação, educação, habitação, trabalho, saúde e lazer.

Comunicador: vive sob uma constante contradição entre o que pensa e quer, e o que faz ou pode fazer, pressionado pela estrutura do próprio sistema de comunicações. Deve ser um cidadão consciente, capaz de compreender a realidade com uma visão crítica para interpretá-la, transformando-a em informações adequadas à compreensão do público.

Curso de Comunicação Social: deve haver um tronco integrado de programa curricular, do princípio ao fim do Curso, que permita ao aluno não isolar a prática e o desenvolvimento técnico da discussão crítica e teórica; deve-se estudar a melhor forma de alcançar o desenvolvimento pleno do aluno como profissional, seja através de estágios externos (em que respeitados todos os interesses, e acrescentada a figura da supervisão, fosse realizado como parte integrante do processo de aprendizagem e não como mera utilização de mão-de-obra de baixo custo), através de efetivos laboratórios e ateliês (onde seja possível a prática, a experimentação e a criatividade) dentro da própria estrutura do Curso; os cursos de comunicação social devem se tornar um centro de reflexão, discussão e conscientização frente aos problemas e à realidade da área. Deve um curso de comunicação social incentivar a ampliação do mercado de trabalho, configurado não apenas na oferta de emprego por parte da grande empresa, mas também através do estímulo ao exercício alternativo da profissão. Recomenda-se que os cursos de comunicação social sejam reavaliados e redefinidos em seus objetivos locais, regionais e nacionais.

PROPOSTAS

1. Estimular maior comunicação interna, dentro da unidade, bem como em termos do contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
2. conduzir professores e disciplinas a uma melhor compatibilização de programas de conteúdos, evitando-se a superposição de conhecimentos ministrados;

3. promover uma semana de integração de calouros, alunos e professores, inserindo os novos dentro do contexto da escola e da Universidade;

4. incentivar e desenvolver programas e cursos de extensão universitária;

5. abrir um espaço — horário quinzenal ou mensal — para desenvolver um programa permanente de palestras e encontros, com pessoal do próprio Curso ou de fora, visando o enriquecimento das atividades didáticas;

6. promover a criação de um centro de estudos, estimulando a formação de grupos de estudos nas áreas de interesse acadêmico;

7. utilizar a promoção "Q1" bem como as atividades das agências experimentais e ateliês para o enriquecimento do Curso;

8. promover encontros periódicos entre os cursos de comunicação social da Região Sul;

9. agilizar a implantação de um núcleo de pesquisa;

10. realização de pesquisa sobre o público do Curso: o aluno que entra, o processo de ensino e o egresso;

11. implantação de uma hemeroteca e agilização da biblioteca setorial da Faculdade.

Deve-se ainda registrar as recomendações do grupo de discussão formado por professores: que os professores, na primeira semana de aulas, entreguem no Departamento o seu plano de disciplina e cronograma de atividades para o semestre, para que seja realizada a integração das disciplinas por área; que seja realizada reunião plenária e obrigatória dos docentes, visando alcançar essa integração por área e entre as diferentes áreas do Curso; que, através dessa reunião se busquem respostas às questões — QUEM SOMOS? O QUE FAZEMOS? O QUE PRETENDEMOS? — visando formular um PLANO DE AÇÃO com uma melhor organização de disciplina e de atividades a serem desenvolvidas; e que, uma vez alcançados esses objetivos, se possa detectar as necessidades adicionais, como novas disciplinas, projetos de pesquisa, atividades práticas adicionais.

FOI MUITO BOM ESSE SEMINÁRIO SOBRE OS PROBLEMAS DA FACULDADE!

E, ELE VAI AJUDAR A GENTE A AGÜENTAR OS PROBLEMAS DA FACULDADE ATÉ O PRÓXIMO SEMINÁRIO.



Jacare

O Professor

Ricardo Schneiders da Silva,
coordenador da Comissão

Como surgiu a idéia do Seminário e qual tua participação?

Primeiro a passagem dos trinta anos do Curso de Jornalismo e foi designado uma comissão para organizar algum tipo de atividade para marcar isso aí, eu fazia parte desta comissão e fui eleito coordenador.

E a escolha do assunto?

Discutindo com alguns professores e alunos se chegou à conclusão que seria interessante fazer um seminário interno para discutir o Curso, mas não a nível de currículo, principalmente tentar clarear os objetivos da existência do Curso aqui da UFRGS, a filosofia, o que quer, o que ele é hoje e o que deveria ser para a gente formar um profissional como a maioria pensa que deveria ser.

Os assuntos debatidos nos grupos eram colocados pelos professores?

Havia uma proposta inicial, que a gente colocou como questões a serem discutidas. Agora é claro que a partir do momento em que se começou a se discutir surgiram outras coisas. Então a discussão de repente era aberta e se discutiu de tudo.

Partindo do relatório final, das propostas e recomendações, o que está acontecendo de concreto?

Bom, não muita coisa foi realmente começado a ser feita. Se a gente olhar pelas propostas:

1. Muito pouco foi feito até agora, e sinto que não foi feito principalmente porque o Departamento e, a própria Faculdade sofreram uma crise interna e agora que estamos tentando sair.

2. Isto está sendo feito. Os alunos não tomam quase conhecimento porque é um processo que acontece a nível de professor.

3. Como nosso Curso só recebe calouros em março, a proposta está de pé.

4. Tem alguma coisa acontecendo. Tem o Curso de Legislação, que é uma idéia que já vinha desde a formação da Comissão dos Trinta Anos.

5. Estou tentando, junto com mais dois professores, organizar e ver se a gente começa a fazer isto existir neste semestre.

6. Ressaltei nos debates finais do Seminário que isto depende muito dos alunos. Três grupos de alunos tiveram a iniciativa, ficaram sabendo da existência da bolsa-arte e fizeram uma proposta, foi aprovada pela FUNARTE, a verba chegou agora e já estão começando a trabalhar.

7. A proposta inicial do Q1 deste semestre é de se fazer um questionamento interno, como o Q1 propõe mesmo. Atividades da Agência Universitária de Comunicação: está começando a trabalhar, o envolvimento por enquanto é muito pequeno.

8. Tínhamos como proposta de continuidade do Seminário realizar um ciclo de debates ou um segundo seminário. Isto deverá acontecer na Semana Acadêmica.

9 e 10. Apresentamos a proposta à direção da Faculdade. Estamos fechando projeto para uma pesquisa institucional de avaliação dos cursos de Biblioteconomia e Comunicação. Encontramos uma receptividade muito grande da Reitoria para fazer isto, e a Pró-Reitoria de Planejamento vai financiar o material que for necessário, estamos buscando recursos da Pró-Reitoria de Pesquisa, órgãos do Rio de Janeiro e de Brasília.

11. Já solicitamos à professora de Biblioteconomia, que trabalha nesta área, um estudo de como a gente poderia implantar uma hemeroteca. E estamos tentando encontrar fórmulas para melhorar a biblioteca.

A partir desta exposição, os resultados até agora alcançados são satisfatórios?

Sim e não. Sim porque alguma coisa das propostas foi alcançada a nível de Departamento, de Direção e começaram a ser tomadas decisões e providências. Agora acho que deveria haver maior envolvimento dos professores e dos alunos, uma disponibilidade maior para fazer as coisas, não esperar que alguém tome a iniciativa.

Estou satisfeito em parte, mas acho que muita coisa ainda deve ser iniciada, pelo menos. O que é importante é que tudo está sendo feito é já com o olho no novo currículo. Os dois cursos vão passar por uma reestruturação vindo de cima. E mais, os dois cursos, dentro das propos-

tas que estão aí no novo currículo, têm uma ligação cada vez maior.

O Aluno

Jairo Ferreira,
presidente do Diretório

Como presidente do Diretório, qual foi tua participação no Seminário?

Minha participação direta foi mínima. A Diretoria formou uma comissão, que encaminhou toda a discussão e preparação por parte dos estudantes. Particpei como aluno e acompanhava as discussões da própria comissão.

Em termos de expectativas, como foi a participação do aluno e do professor?

Na minha opinião, foi além. A gente deve avaliar o Seminário pensando no momento em que foi realizado; a gente vê o seguinte: teve a greve dos estudantes da UFRGS no primeiro semestre, foi uma greve derrotada; todas as atividades que se tentaram desenvolver na UFRGS depois desta greve foram atividades que mais ou menos furaram, com exceção das atividades culturais.

E quanto aos assuntos debatidos nos grupos?

A maioria do pessoal que participou era bixo, isto marcou muito o Seminário. O Seminário talvez tenha falhado na falta de uma perspectiva concreta, um objetivo mais definido, foi muito genérico, muito amplo. A discussão deveria começar, na minha opinião, em cima da discussão que está havendo na Comissão Especial para Estudos do Currículo de Comunicação do Conselho Federal de Educação.

Mas vê só, essa opinião não foi vitoriosa, na diretoria era minoritária. O Prof. Ricardo e outros professores disseram que não era esse o sentido do Seminário.

Qual foi o argumento contrário?

Não havia um argumento objetivo quanto a isso, havia mais uma preocupação subjetiva de encontrar os rumos do Curso, definir o nosso Curso, partindo da abordagem de que falta uma filosofia de funcionamento e que o Seminário deveria definir esta filosofia e então se passaria

a discutir coisas concretas. Não se pode discutir a filosofia de um Curso de forma abstrata, e foi este o caminho que se tomou.

Não discutimos, por exemplo, a implantação de um novo currículo.

Passado o Seminário, o que se tem de concreto?

Aí é que está a questão. Vamos pegar as conclusões, as propostas finais do Seminário:

1. Existe isso? Existe um crescimento em relação ao primeiro semestre? Considero que não.

2. Neste item há algum avanço, tem se realizado reuniões por área, os professores têm discutido um pouco mais, têm coordenado um pouco mais, acho que há um avanço concreto.

3. Não aconteceu isso aí.

4. Tem um curso de extensão, anunciado dentro das atividades dos trinta anos, o VI Curso de Alto Nível. Mas é muito pouco pelo que se pretendia ou se dava a entender no Seminário.

5. Isso não aconteceu. Na prática não aconteceu.

6. Isso não aconteceu.

7. Isso tem acontecido. Este é um dos itens que está sendo cumprido.

8. Não está acontecendo. O único encontro que se teve foi o encontro dos estudantes visando o ENECOM, e depois desse encontro não se promoveu mais nada. E a gente tem que promover estes encontros, inclusive por causa da reformulação do currículo que está sendo discutido.

9. Este item estava sendo agilizado pela Profa. Milena e pelo Prof. Ricardo, não sei em que pé anda isso.

10. Não foi realizado.

11. Também não.

Então, talvez o resultado do Seminário deva ser discutido pelo conjunto, tem que se utilizar um método que pareça mais válido. O que se fez e o que não se fez? Por que nós os estudantes e professores não fizemos nada para concretizar isso aí? Se vê que tem muito para discutir. A questão da passividade do Curso, tanto dos professores como dos estudantes, ainda é um fator que cria esta apatia, essa falta de motivação.

Geraldo Francisco Huff